



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

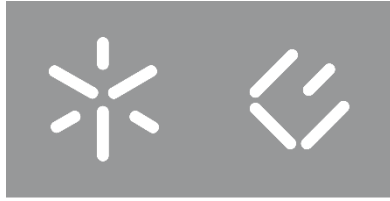
Helena Ferreira Barbosa

O relato de sustentabilidade dos
grupos privados de saúde a
operar em Portugal

O relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde a operar em Portugal

UMinho | 2024 Helena Ferreira Barbosa

maio de 2024



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Helena Ferreira Barbosa

O relato de sustentabilidade dos grupos
privados de saúde a operar em Portugal

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ana Alexandra Ramos Caria Pereira

maio de 2024

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

O meu sincero agradecimento a todos os que contribuíram para a realização desta dissertação. Sem a vossa presença e apoio ao longo deste percurso, nada disto teria sido possível.

Um agradecimento especial à Professora Doutora Ana Alexandra Caria, pela sua disponibilidade constante e orientação ao longo deste processo. Obrigado pela força e pelo vasto conhecimento transmitido, bem como pelo tempo e apoio generosamente disponibilizados.

Aos meus pais e irmão, o meu profundo agradecimento por estarem sempre ao meu lado, independentemente das minhas escolhas. A confiança que depositaram em mim e o constante incentivo foram fundamentais para enfrentar e superar os desafios. Um agradecimento especial à minha mãe, cujo apoio incondicional e sacrifícios tornam possível a realização dos meus sonhos.

À Diana, à Patrícia e à Fátima, o meu sincero agradecimento por tornarem este percurso ainda mais especial e bonito, com a vossa presença e amizade inabalável.

A todos os meus amigos, agradeço o apoio constante, compreensão e as memórias inesquecíveis que marcaram este caminho.

Obrigado a todos por fazerem parte deste percurso, estarei eternamente grata pela vossa amizade e apoio.

Helena Barbosa

Maio 2024

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde a operar em Portugal

RESUMO

Este estudo analisa o relato de sustentabilidade dos principais grupos privados de saúde em Portugal, no período de 2005 a 2022. A análise incide sobre os grupos Luz Saúde, Lusíada Saúde, José de Mello - CUF, Trofa Saúde e HPA Saúde, adotando uma abordagem pragmática para a análise de dados.

Para avaliar a divulgação de informações sobre sustentabilidade pelos grupos privados de saúde que operam em Portugal, determinou-se o Índice de Divulgação para as dimensões económica, social e ambiental, assim como para o desempenho global, entre 2013 e 2022. Procedeu-se ainda à análise de conteúdo da informação de sustentabilidade divulgada de modo a caracterizar o relato de sustentabilidade das entidades em análise. Adicionalmente, a comparação dos relatórios de 2022, com enfoque na gestão de resíduos hospitalares, permitiu avaliar a qualidade das informações divulgadas.

Os principais grupos privados de saúde em Portugal evidenciam uma evolução positiva na divulgação e no cumprimento dos critérios de sustentabilidade ao longo do período estudado. Contudo, existem áreas onde a conformidade é baixa, especialmente no que diz respeito ao ambiente, sublinhando a necessidade contínua de melhorias.

Concluindo, o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde a operar em Portugal evidencia uma diversidade de práticas e estratégias para abordar questões económicas, sociais e ambientais. Embora se destaquem os esforços das organizações de saúde nas áreas ambiental e social, a extensão e o detalhe do relato varia entre os grupos analisados, indicando diferentes abordagens de comunicação sobre sustentabilidade e sublinhando a importância da implementação de normas obrigatórias.

Palavras-chave: GRI; Portugal; Relato de Sustentabilidade; Setor Privado de Saúde.

The sustainability report of the private healthcare groups operating in Portugal

ABSTRACT

This study analyses the sustainability reporting of the main private healthcare groups in Portugal, covering the period from 2005 to 2022. The analysis focuses on the groups Luz Saúde, Lusíada Saúde, José de Mello - CUF, Trofa Saúde, and HPA Saúde, adopting a pragmatic approach to data analysis.

To assess the disclosure of sustainability information by private healthcare groups operating in Portugal, the Disclosure Index was calculated for the economic, social, and environmental dimensions, as well as for overall performance, between 2013 and 2022. Content analysis of the disclosed sustainability information was also conducted to characterize the sustainability reporting of the entities under analysis. Additionally, comparing the 2022 reports, focusing on hospital waste management, allowed for the evaluation of the quality of the disclosed information.

The main private healthcare groups in Portugal evidence a positive evolution in disclosure and compliance with sustainability criteria over the study period. However, there are areas where compliance is low, especially regarding the environment, highlighting the ongoing need for improvement.

In conclusion, the sustainability reporting of private healthcare groups operating in Portugal reflects a diversity of practices and strategies to address economic, social and environmental issues. Although the efforts of healthcare organisations in the environmental and social areas stand out, the extent and detail of reporting vary among the analyzed groups, indicating different approaches to communicating sustainability and underscoring the importance of implementing mandatory standards.

Keywords: GRI; Portugal; Sustainability Reporting; Health; Private Sector.

ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS	ii
AGRADECIMENTOS	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE.....	vii
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xi
1. INTRODUÇÃO	2
1.1. Apresentação do tema	2
1.1. Relevância do tema	3
1.2. Questão de investigação e objetivo	4
1.3. Estrutura da dissertação.....	4
2. REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1. Sustentabilidade	6
2.2. Como se divulga informações de sustentabilidade	8
2.3. Organismos/entidades com papel ativo no alcance da sustentabilidade	9
2.4. Crescente importância do relato não financeiro	11
2.5. De voluntário a obrigatório	12
2.6. Organismos emissores de normas e diretrizes de sustentabilidade.....	16
2.7. Estudos sobre o relato sustentabilidade	20
3. METODOLOGIA.....	25
3.1. Perspetiva e método de investigação implementada.....	25
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PORTUGUÊS	30

4.1. O Setor Privado de Saúde	31
4.2. Grupos Privados de Saúde	33
5. ESTUDO EMPÍRICO.....	37
5.1. Referenciais seguidos na elaboração de informação de sustentabilidade	37
5.2. O grau de divulgação de sustentabilidade: construção do Índice de Divulgação.....	37
5.3. Apresentação e Discussão dos Resultados	41
5.3.1. Divulgação dos relatórios de sustentabilidade	41
5.3.2. Índices de Divulgação	43
5.3.3. Evolução dos Índices de Divulgação.....	49
5.3.4. Número de páginas dedicadas à sustentabilidade	50
5.3.5. A Gestão de Resíduos Hospitalares: Uma Análise Comparativa nos Relatórios de Sustentabilidade de 2022	51
5.3.5.1. Evolução ao longo dos anos	52
5.3.5.2. Análise Comparativa dos Grupos	57
6. CONCLUSÃO	60
6.1. Principais Conclusões.....	60
6.2. Contribuições do Estudo	62
6.3. Limitações	63
6.4. Pistas para investigação futura	63
7. APÊNDICES	65
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 Normas Temáticas	19
Tabela 2 Divulgação de informação de sustentabilidade pelos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	29
Tabela 3 Informação sobre as normas utilizadas para reportar informações de sustentabilidade	37
Tabela 4 Categorias GRI do desempenho económico	39
Tabela 5 Categorias GRI do desempenho ambiental.....	39
Tabela 6 Categorias GRI do desempenho social	40
Tabela 7 Forma de divulgação das informações de sustentabilidade.....	42
Tabela 8 Índices de divulgação do desempenho económico dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	43
Tabela 9 Índices de divulgação do desempenho social dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	44
Tabela 10 Índices de divulgação do desempenho ambiental dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	45
Tabela 11 Índices de divulgação do desempenho global dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	46
Tabela A 1 Constituição dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz Saúde, Trofa Saúde, Lusíadas Saúde e HPA)	67
Tabela A 2 Indicadores GRI do desempenho económico.....	68
Tabela A 3 Indicadores GRI do desempenho ambiental	70
Tabela A 4 Indicadores GRI do desempenho social.....	72
Tabela A 5 Evolução dos índices de divulgação dos desempenhos económico, social e ambiental dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	73
Tabela A 6 Evolução do número de páginas dedicadas à sustentabilidade nos relatórios dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz e Lusíadas).....	74
Figura 1 Cronograma da história da GRI	18
Figura 2 Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas.....	19
Figura 3 Distribuição dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	32

Figura 4 Índices de divulgação do desempenho global dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA)	48
Figura 5 Evolução dos índices de divulgação dos desempenhos económico, social e ambiental dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).....	49
Figura 6 Evolução do número de páginas dedicadas à sustentabilidade nos relatórios dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).	50
Figura 7 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo CUF em 2022.....	53
Figura 8 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo CUF em 2017.....	54
Figura 9 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Luz em 2022.....	55
Figura 10 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Luz em 2017.....	55
Figura 11 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Lusíadas em 2022.	56
Figura 12 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Fleury em 2022. (a).....	58
Figura 13 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Fleury em 2022. (b).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSRD - Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa

EFRAG - *European Financial Reporting Advisory Group*

GRI - *Global Reporting Initiative*

ISSB - *International Sustainability Standards Board*

IIRC - Conselho Internacional para Relato Integrado

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

NFRD - Diretiva de relatórios não financeiros

ONU - Organização das Nações Unidas

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

RSE - Responsabilidade Social das Empresas

SASB - O Conselho de Padrões de Contabilidade de Sustentabilidade

O relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde a operar em Portugal

1. INTRODUÇÃO

No decurso do presente capítulo, proceder-se-á a uma sucinta exposição sobre o tema "O relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde a operar em Portugal". Esta abordagem compreenderá a contextualização da temática, destacando a sua relevância, os objetivos subjacentes e a motivação inerente, culminando na delimitação da estrutura que orientará o desenvolvimento do trabalho.

1.1. Apresentação do tema

Atualmente, é consensual o reconhecimento da sustentabilidade como um requisito imperativo na configuração do futuro (Fischer, 2015). A notável contribuição dos estabelecimentos hospitalares para a exaustão dos recursos naturais e para as transformações ambientais constitui uma realidade incontestável, apesar de, durante muito tempo, as preocupações relativas à sustentabilidade hospitalar terem sido predominantemente centradas em aspetos financeiros (Fischer, 2015; Mcgain & Naylor, 2014). Todavia, a crescente apreensão perante a emergência climática, conjugada com as exigências impostas ao setor da saúde durante a pandemia, confere ao presente momento uma importância decisiva para uma reflexão mais ampla sobre a sustentabilidade no seio do setor da saúde. Esta reflexão deverá ecoar, por exemplo, a urgência global de abordar a sustentabilidade ambiental (Health Research & Educational Trust, 2014; Fischer, 2015).

A preocupação com a saúde do planeta tornou-se inseparável das discussões sobre a saúde humana. Neste contexto, o relato de sustentabilidade assume uma particular relevância. Não só promove uma transparência acrescida por parte das entidades que o fazem, como também fomenta a confiança dos diversos intervenientes. Adicionalmente, promove a harmonização, comparabilidade e responsabilização das instituições hospitalares (Romão et al., 2014).

O objetivo deste trabalho é analisar o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde em Portugal, no período compreendido entre 2005 e 2022. Em termos práticos, a investigação incidirá na análise do relato de sustentabilidade dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal, nomeadamente, o grupo Luz Saúde, Lusíada Saúde, José de Mello - CUF, Trofa Saúde e HPA Saúde.

1.1. Relevância do tema

A análise do relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal ostenta relevância multifacetada. Para além do interesse pessoal em adquirir novos conhecimentos sobre o tema, dada a sua relevância como procedimento vital para as empresas, a motivação e pertinência para o desenvolvimento deste estudo advêm da crescente importância que o relato de sustentabilidade assume no contexto atual. O referido relato assume a responsabilidade de fomentar práticas mais responsáveis e sustentáveis no seio do setor privado da saúde, garantindo, simultaneamente, a conformidade com as regulamentações vigentes e a satisfação das expectativas da sociedade em relação às dimensões social, económica e ambiental da responsabilidade corporativa (GRI, 2006). No cenário atual, os grupos privados de saúde exercem uma influência substancial na sociedade, incumbindo-lhes a prestação de serviços de saúde à população. Ao longo do tempo, observa-se um incremento no número de hospitais privados, superando numericamente os hospitais públicos (INE, 2020). Nesse contexto, torna-se imperativo que estes grupos ponderem sobre o impacto social, económico e ambiental decorrente das suas atividades (GRI, 2006). A divulgação de informação relativa à sustentabilidade possibilita às entidades em questão evidenciar confiança e credibilidade junto de pacientes, investidores, reguladores e outros *stakeholders* (GRI, 2006).

Outro elemento que confere pertinência a esta investigação é a crescente obrigatoriedade do relato de sustentabilidade. As recentes modificações na legislação comunitária evidenciam a crescente importância da matéria e a necessidade de avaliar a prontidão das empresas para cumprir as obrigações decorrentes da sustentabilidade. Conforme estabelecido pelo artigo 19º da Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, datada de 14 de dezembro de 2022, que procede à alteração do Regulamento (UE) n.º 537/2014, da Diretiva 2004/109/CE, da Diretiva 2006/43/CE e da Diretiva 2013/34/UE, no que concerne ao relato de sustentabilidade das empresas:

1. “As grandes empresas e as pequenas e médias empresas, com exceção das microempresas, que sejam entidades de interesse público na aceção do artigo 2º, ponto 1), alínea a), devem incluir no relatório de gestão as informações necessárias para compreender o impacto da empresa nas questões de sustentabilidade, bem como as informações necessárias para compreender de que forma as questões de sustentabilidade afetam a evolução, o desempenho e a posição da empresa.”

O relato não financeiro, em particular o relato de sustentabilidade, está a transitar de um relato com cariz voluntário para um relato obrigatório e standardizado (Conselho da União Europeia, 2022). Com esta mudança de paradigma, a presente investigação poderá oferecer evidências acerca da prática corrente das entidades de saúde privadas, bem como da relevância que o relato de sustentabilidade assume para estas organizações.

O setor da saúde exerce um impacto significativo no meio ambiente e na sociedade, possibilitando, assim, a avaliação do contributo destes grupos para a sustentabilidade global. Este contributo manifesta-se através da adoção de práticas que promovam a saúde pública, reduzam a pegada ambiental e apoiem a comunidade (Associação Portuguesa De Medicina Geral e Familiar, 2022; Health & Harm, 2021).

1.2. Questão de investigação e objetivo

Com este estudo, pretende-se dar resposta à seguinte questão de investigação: Como se caracteriza o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal?

Deste modo, a dissertação pretende contribuir para a compreensão da evolução do relato não financeiro, tendo como objetivo analisar o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal. Tal permitirá contribuir para a compreensão das atuais práticas dos grupos privados de saúde que operam em Portugal com impacto na sustentabilidade e da evolução das mesmas no período de 2005 a 2022.

1.3. Estrutura da dissertação

A presente dissertação é composta por seis capítulos. O primeiro corresponde à Introdução, onde foi feito o enquadramento do tema, realçando a sua pertinência, bem como os objetivos a alcançar e a motivação para o desenvolvimento do estudo. Num segundo capítulo, é realizada a revisão de literatura, que se foca na sustentabilidade na sociedade atual, na evolução do relato não financeiro e nos desafios atuais do relato de sustentabilidade. O terceiro capítulo aborda detalhadamente a metodologia adotada, incluindo o processo de seleção da amostra e a metodologia de recolha de dados. Segue-se o quarto capítulo, onde se procede à apresentação e discussão dos resultados obtidos no decorrer da investigação. O quinto capítulo engloba as

principais conclusões derivadas do estudo, identificando simultaneamente eventuais limitações e sugestões para investigações futuras no âmbito desta temática.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Sustentabilidade

A evolução do conceito e da divulgação da sustentabilidade é sobretudo atribuída à disseminação do princípio de desenvolvimento sustentável, oriundo do Relatório Brundtland, em resposta às crescentes expectativas das partes interessadas (Aras & Crowther, 2009; Moreno & Duarte-Atoche, 2019). A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável ganharam proeminência em 1987, com a publicação do "*Our Common Future*," o relatório da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Ambiente e o Desenvolvimento, liderada pela então primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland (Dresner, 2008).

O denominado Relatório Brundtland, documento seminal, define o desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Em termos essenciais, o desenvolvimento sustentável é descrito como "um processo de mudança no qual a exploração de recursos, direcionamento de investimentos, orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional estão em harmonia e reforçam o potencial atual e futuro para satisfazer as aspirações e necessidades humanas" (Brundtland, 1987, p. 43). O Relatório Brundtland consagrou a relevância do conceito de desenvolvimento sustentável (Moneva et al., 2006). Este conceito é assimilado pelas organizações através da responsabilidade social das empresas (RSE), pressupondo o compromisso de atender às necessidades dos *stakeholders*, incluindo acionistas, trabalhadores e clientes, sem prejudicar a capacidade de satisfazer as necessidades das futuras gerações de *stakeholders*. Desta forma, o desenvolvimento sustentável emerge como um imperativo ético e prático, integrando-se nas práticas empresariais como uma abordagem holística para equilibrar as aspirações presentes e as necessidades das gerações futuras (Dyllick & Hockerts, 2002; Machado & Davim, 2019).

A sustentabilidade é um conceito abrangente que engloba três dimensões - económica, social e ambiental - representando a estrutura socioambiental conhecida como "*Triple Bottom Line*" (Longoni & Cagliano, 2018). Ao nível económico (*profit*), promove o desempenho financeiro; no âmbito social (*people*), incorpora formas de responsabilidade social nas operações empresariais; e, no domínio ambiental (*planet*), adota medidas para aprimorar o desempenho ambiental (Machado & Davim, 2019). Este enfoque permite a interligação da sustentabilidade com

várias áreas, demonstrando que as empresas devem considerar os impactos ambientais, económicos e sociais das suas atividades, em vez de se concentrarem exclusivamente na dimensão económica (Laskar, 2018). A compreensão destes aspetos é crucial para que, a longo prazo, as empresas possam enfrentar e lidar com questões globais prementes, num ambiente de mudanças rápidas e constantes, enfrentando inúmeros desafios, como alterações climáticas, perda de biodiversidade, pandemias, guerras, entre outros (Fitz-Oliveira & Wasgen, 2023; Hofmann, 2019). A inovação sustentável emerge como relevante para a competitividade das empresas, sendo um processo a longo prazo que depende da aprendizagem contínua dos colaboradores e da utilização adequada de recursos (conhecimento, produção e mercado) para alcançar o desenvolvimento sustentável e crescimento contínuo (Chen, 2016).

Nas estratégias empresariais, a inclusão de responsabilidades de âmbito social e ambiental, juntamente com a dimensão económica, é percebida como um fator impulsionador de um desempenho superior (Guerreiro, 2013). Esta inclusão proporciona uma maior probabilidade de progresso a longo prazo, graças às relações de confiança e parceria que a empresa estabelece com os seus *stakeholders* (Guerreiro, 2013).

Um dos grandes desafios da sustentabilidade empresarial é a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável na gestão empresarial (Machado & Davim, 2019). De acordo com Baumgartner (2014), a gestão da sustentabilidade empresarial precisa da integração das dimensões da sustentabilidade, considerando os vários níveis de gestão. O modelo distingue três níveis de gestão: normativo, estratégico e operacional (Baumgartner, 2014).

- Nível Normativo: relacionado com a filosofia básica da gestão, questionando "Quem somos nós e quem queremos ser?" (Baumgartner, 2014). Foca-se na visão, valores, cultura e liderança organizacional, com especial atenção para a gestão das expectativas da sociedade (Machado & Davim, 2019).
- Nível Estratégico: orientado para os objetivos a longo prazo e combinações de produtos/serviço-mercado, procurando saber "Quais são os nossos objetivos (estratégicos)?" (Baumgartner, 2014). Pressupõe inovação, seja ao nível do produto ou da exploração de novas áreas de negócios, orientada para a criação de valor numa perspetiva instrumental (Machado & Davim, 2019).

- Nível Operacional: incorpora a organização e gestão de todas as atividades empresariais para atingir objetivos e diretrizes estratégicos, perguntado "Como podemos alcançar os nossos objetivos?" (Baumgartner, 2014; Machado & Davim, 2019).

Estes níveis podem e devem ser trabalhados de forma articulada (Machado & Davim, 2019). Apesar de alguns dos planos e programas existentes serem ambiciosos, é possível realizar mais se nos basearmos em novas abordagens e formas de pensar (Machado & Davim, 2019).

2.2. Como se divulga informações de sustentabilidade

A expressão "relato de sustentabilidade" abrange todo o processo de prestação de contas que uma organização percorre, iniciando-se com a definição dos temas materiais com base nos impactos mais significativos até à divulgação pública de informações sobre esses impactos (GRI, 2021). Essas informações podem estar disponíveis em vários formatos (impresso, eletrônico, entre outros) e em mais de um meio de divulgação (relatório de sustentabilidade independente, páginas da Internet, relatório anual, entre outros) (GRI, 2021). Os três principais meios para a divulgação voluntária de informações ambientais são os relatórios anuais, também denominados relatórios de gestão, os relatórios de sustentabilidade e os relatórios integrados (Monteiro et al., 2023). Importa salientar que a natureza da informação ambiental divulgada em relatórios de caráter obrigatório difere da informação presente em relatórios voluntários (Monteiro et al., 2023). Ao contrário do que acontece na informação financeira, na divulgação de informação sobre sustentabilidade, não existe ainda uma abordagem standardizada globalmente aceite e utilizada. Contudo, têm-se verificado desenvolvimentos por parte de algumas instituições internacionais, como a *Global Reporting Initiative* (GRI), que tem elaborado um conjunto de diretrizes (Guerreiro, 2013). A globalização, que impulsiona a expansão dos mercados e fomenta a competitividade, levando o mundo empresarial a adaptar-se e a inovar, desempenhou um papel significativo na criação de normas para os relatórios de sustentabilidade (Adams et al., 2022; OECD, 2008). Assim, as informações dos relatórios de sustentabilidade voluntários podem ser elaboradas seguindo orientações e normas de diferentes organizações que promovem a divulgação de informação não financeira (Monteiro et al., 2023).

Um dos principais mecanismos de envolvimento das partes interessadas é a divulgação de informação de sustentabilidade, frequentemente sob a forma de um relatório (Herremans et al., 2016). O relatório de sustentabilidade procura descrever os impactos económicos, ambientais

e sociais (*triple bottom line*) de uma organização (GRI, 2006). Elaborar relatórios de sustentabilidade implica medir, divulgar e prestar contas aos *stakeholders* internos e externos sobre o desempenho organizacional, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável (GRI, 2006). Este documento deve proporcionar uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização (GRI, 2013a), auxiliando as organizações a estabelecer metas, a comparar o seu desempenho e a gerir mudanças para tornar as operações mais sustentáveis (GRI, 2013b). Semelhante à prestação tradicional de contas, o relato de sustentabilidade deve divulgar os resultados obtidos dentro do período estipulado, geralmente realizado anualmente (Guerreiro, 2013).

As principais métricas utilizadas para avaliar o desempenho em sustentabilidade incluem a identificação de vários Indicadores-Chave de Desempenho de Sustentabilidade (KPIs) (Lodhia & Martin, 2014). No que diz respeito à divulgação de informações de sustentabilidade, a qualidade aumenta quando a informação contém dados qualitativos e quantitativos que avaliam até que ponto a empresa conseguiu melhorar a sua eficácia e eficiência económica, ambiental e social durante o período abordado pelo relatório (Daub, 2007).

Contudo, têm surgido inúmeras críticas em relação à qualidade percebida da informação, sendo frequentemente considerada oportunista, associada a "lavagem verde", implausível, carente de inclusão das partes interessadas, com falta de "esforço autêntico" e incapaz de satisfazer as expectativas dos utilizadores (Burritt & Schaltegger, 2010; Thorne et al., 2014). No que concerne à confiabilidade, argumenta-se que as informações de sustentabilidade das empresas não refletem as práticas reais/vigentes, tornando os relatórios meramente simbólicos (Bebbington & Unerman, 2018; Michelon et al., 2015). A falta de "qualidade" da informação contribui pouco para a tomada de decisão das partes interessadas externas (GRI & Accounting for Sustainability, 2016). A qualidade é essencial para que as informações de sustentabilidade sejam relevantes, fiáveis e credíveis, contribuindo assim para reduzir a desconfiança e a lacuna de credibilidade percebida pelas partes interessadas (Khan et al. 2021; Michelon et al., 2015).

2.3. Organismos/entidades com papel ativo no alcance da sustentabilidade

Nos últimos anos, observa-se uma crescente atenção às contribuições das organizações para o desenvolvimento sustentável global e à necessidade imperativa de se desenvolver relatórios de desempenho social, ético e ambientalmente responsáveis (Turner et al., 2006). Este avanço,

tanto teórico quanto prático, instigou diversos organismos e entidades a colaborarem na promoção da sustentabilidade empresarial, destacando-se a ONU e a União Europeia (Turner et al., 2006).

Atualmente, existem várias declarações, códigos e princípios que direcionam e responsabilizam as empresas em diversas áreas, incluindo direitos humanos, ambiente, *standards* laborais e iniciativas anticorrupção (Machado & Davim, 2019). Em 2004, Sandra Waddock consolidou as iniciativas mais relevantes. A nível económico, destacam-se as Declarações de Direitos Humanos da ONU, as Linhas Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE, a Declaração dos Princípios Tripartida da Organização Internacional do Trabalho sobre Empresas Multinacionais e a Política Social, e os 10 Princípios do *UN Global Compact*. No âmbito governamental, mencionam-se as iniciativas da Transparency International, do Banco Mundial e a Convenção da OCDE sobre Luta Contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais Internacionais. Ao nível da sociedade civil, destaca-se o contributo da Declaração Universal sobre os Direitos do Homem (Assembleia Geral das Nações Unidas). Por fim, na vertente ecológica, sublinha-se o papel do *UN Global Compact*, da Agenda 21 e da Declaração das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano (Waddock, 2004). A estes, acrescem mais recentemente a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, acompanhados por 232 indicadores para alcançar a sustentabilidade global até 2030, transversal a todas elas (Machado & Davim, 2019).

A Coligação para Economias Ambientalmente Responsáveis (*Coalition of Environmentally Responsible Economies*) e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, em colaboração com a *Global Reporting Initiative* (GRI), estabeleceram diretrizes voluntárias em 2000 para a elaboração de relatórios de sustentabilidade empresarial (Nações Unidas, 2023a; UN Compact Global, 2023; Turner et al., 2006). No intuito de facilitar ainda mais a elaboração destes relatórios, foram desenvolvidas outras diretrizes standardizadas internacionalmente, tais como o Pacto Global das Nações Unidas, que estabelece 10 princípios universalmente aceites centrados nos direitos humanos, no ambiente e na luta contra a corrupção, e o Programa das Nações Unidas para o Investimento Responsável (Doni et al., 2020; Laskar, 2018). Adicionalmente, as Nações Unidas adotaram em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, 2023a; UN Compact Global, 2023). Estes ODS tiveram um impacto notório nos relatórios de responsabilidade social empresarial, representando uma transição de estratégias anuais para abordagens de longo prazo, onde as empresas começam a avaliar a sua contribuição para a agenda 2030 (Bansal & Song, 2017; Elalfy et al., 2021; Grainger-Brown & Malekpour, 2019). A Agenda 2030, uma agenda

abrangente e ambiciosa, promove o desenvolvimento sustentável em várias dimensões - social, económica, ambiental - e advoga pela paz, justiça e instituições eficazes (UN Compact Global, 2023). A divulgação não financeira teve impacto no desenvolvimento de políticas de RSE e no alcance dos ODS da ONU para 2030 (Lombardi, Schimperna, et al., 2022). No mesmo ano, foi promulgado o Acordo de Paris, um acordo internacional legalmente vinculativo sobre alterações climáticas, adotado por 196 Partes durante a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21) em Paris (Nações Unidas, 2023b).

A Comissão Europeia desempenha um papel ativo no fomento da sustentabilidade, apresentando ao longo dos anos diversas estratégias, como a intitulada “Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030: Trazer a natureza de volta às nossas vidas”, o “Plano de Ação: Financiar um crescimento sustentável”, as “Orientações para a comunicação de informações não financeiras: documento complementar sobre a comunicação de informações relacionadas com o clima”, e o “Pacto Ecológico Europeu”, entre outras (Comissão Europeia, 2020; Parlamento Europeu, 2023; União Europeia, 2018, 2019).

A colaboração entre entidades e organismos ativos na promoção da sustentabilidade, no estabelecimento de normas e práticas para incentivar as empresas a adotarem abordagens mais responsáveis, é fundamental para construir um futuro mais sustentável.

2.4. Crescente importância do relato não financeiro

É cada vez mais manifesta a crise climática que assola o mundo, sendo que o impacto ambiental, cada vez mais proeminente, não decorre unicamente de uma influência difusa da sociedade, mas, sobretudo, resulta do contributo preponderante do setor empresarial (Riveiro, 2023a). Nos últimos anos, tem-se observado uma crescente procura de informações relacionadas com a sustentabilidade empresarial, o que reflete a crescente consciencialização, tanto por parte dos investidores como da sociedade em geral, face aos desafios que se avizinham, à relevância do cumprimento dos ODS e das boas práticas empresariais (Riveiro, 2023a). Apesar dos esforços empreendidos por algumas empresas nos últimos anos para atingir a sustentabilidade, o ecossistema continua a sofrer erosão, reiterando a urgência de aprimorar de forma contínua as práticas de sustentabilidade (Filgueiras & Melo, 2023). A sustentabilidade emergiu como uma inquietação de carácter atemporal, requerendo uma atenção focalizada, e, para fazer face ao nível de industrialização desregrada dos últimos anos, tornou-se imperativo alcançar os objetivos do

Triple Bottom Line (Jayashree et al., 2021). As empresas enfrentam uma pressão crescente por parte dos acionistas e das entidades reguladoras para considerarem as preocupações e desafios sociais e ambientais (Dissanayake et al., 2021). A introdução dos ODS veio intensificar ainda mais essa pressão, uma vez que a divulgação não financeira assume uma importância crescente no contexto de iniciativas globais, como a Agenda 2030 (Bebbington & Unerman, 2018). Adicionalmente, à medida que as empresas expandem as operações para além das fronteiras nacionais, a postura que adotam em relação ao desenvolvimento sustentável suscita uma maior preocupação (Dissanayake et al., 2021).

O relato de sustentabilidade revela-se crucial tanto para a comunicação financeira quanto para a geração de valor, uma vez que os impactos futuros das empresas sobre as pessoas, a economia e o meio ambiente tornar-se-ão questões financeiramente materiais (GRI, 2021). As informações fornecidas contribuem para a identificação de oportunidades e riscos financeiros associados aos impactos empresariais, bem como para a avaliação financeira global (GRI, 2021).

Riveiro (2023a) sustenta que, perante a presente condição climática manifestamente insustentável e a falta de vontade e empenho por parte de muitos, é essencial desenvolver uma legislação robusta e abrangente capaz de responder às necessidades decorrentes da realidade atual. O relato não financeiro desempenha um papel significativo nesta transformação, proporcionando transparência e responsabilização às empresas, contribuindo assim para um futuro sustentável. Nesse sentido, é imperativo, tanto para a sociedade como para os mercados, que o relato de sustentabilidade evolua no que concerne ao conteúdo, deixando de ser uma atividade excepcional praticada apenas por uma minoria de empresas pioneiras, para se tornar uma prática disseminada (GRI, 2013b).

2.5. De voluntário a obrigatório

O relato de sustentabilidade constitui um tema em constante evolução e a adesão a esses relatórios visa, primariamente, apoiar e facilitar a gestão das questões relacionadas com a sustentabilidade nas empresas. Adicionalmente, objetiva divulgar de forma clara os riscos e oportunidades, contribuindo, assim, para a construção de uma reputação empresarial mais transparente (De Souza Campos et al., 2013). Nota-se um aumento significativo na procura da divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade por parte das empresas. Este fenómeno deve-se, essencialmente, à crescente consciencialização acerca da importância de um

comportamento empresarial responsável e de um crescimento sustentável. Este aumento reflete-se num número crescente de instrumentos, tanto obrigatórios quanto voluntários, para reportar informações de sustentabilidade em escala global, conforme apontado por estudos realizados pela KPMG (KPMG, 2020; KPMG et al., 2016).

Atualmente, o relato de sustentabilidade encontra-se numa fase de transição de voluntário para obrigatório, representando, deste modo, uma evolução significativa no âmbito empresarial e um marco histórico. A União Europeia (UE) reconheceu a necessidade de mudar em direção a uma economia global sustentável, estabelecendo requisitos legais mínimos para relatórios não financeiros (Quick & Inwinkl, 2020). Esta medida tornou obrigatórios os relatórios de RSE, ampliando a visibilidade dos mesmos nas organizações (Quick & Inwinkl, 2020). Um marco importante foi alcançado com a aprovação da Diretiva de Divulgação de Informação Não Financeira (NFRD), a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014. Esta diretiva, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017, exige que grandes empresas consideradas entidades de interesse público divulguem informações não financeiras abrangendo questões ambientais, sociais, relacionadas com os trabalhadores, direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (Parlamento Europeu & Conselho, 2014). Tem como objetivo aumentar a relevância, a consistência e a comparabilidade das informações divulgadas por certas grandes empresas e grupos em toda a União (Parlamento Europeu & Conselho, 2014).

A Diretiva NFRD parte de uma estratégia europeia para promover a SER, a imposição de um instrumento jurídico mais “rígido” para exigir a divulgação de informação não financeira, como a diretiva, mais exigente do que a abordagem adotada anteriormente, que era bastante mais flexível (Doni et al., 2020). Antes da proposta desta diretiva, apenas cerca de 10% das grandes empresas da União Europeia divulgavam regularmente informações ambientais e sociais (Comissão Europeia, 2014). No entanto, as empresas abrangidas pela presente diretiva podem recorrer a uma variedade de sistemas, nacionais ou internacionais, não existindo uma norma comum/obrigatória, o que permite uma interpretação e adaptação por parte das empresas, desde que sigam as diretrizes gerais (Comissão Europeia, 2017; Parlamento Europeu & Conselho, 2014). As normas GRI desempenharam um papel crucial, mesmo antes dos requisitos obrigatórios para a divulgação não financeira, no desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade (de Villiers et al., 2022).

Após a implementação da Diretiva NFRD, foi de notar um aumento na quantidade e no tipo de informação não financeira. Todavia, apesar de oferecer uma grande oportunidade para várias grandes empresas, a exigência adicional comprometeu a qualidade e a eficácia dos relatórios (Doni et al., 2020). A Comissão Europeia anunciou, no Pacto Ecológico Europeu, a intenção de rever a diretiva relativa à divulgação de informações não financeiras, propondo uma revisão em 2021. O relatório da Comissão de 21 de abril de 2021 identificou problemas de eficácia na Diretiva 2014/95/UE, destacando a falta de divulgação de informações materiais sobre temas sustentáveis (Comissão Europeia, 2021; Parlamento Europeu & Conselho, 2022).

“Existem provas significativas de que muitas empresas não divulgam informações materiais sobre todos os temas importantes relacionados com a sustentabilidade, designadamente informações relacionadas com o clima, incluindo todas as emissões de GEE, e fatores que afetam a biodiversidade. O relatório identificou igualmente a comparabilidade e fiabilidade limitadas das informações sobre sustentabilidade como problemas significativos. Além disso, muitas empresas em relação às quais os utilizadores necessitam de informações sobre sustentabilidade não estão obrigadas a divulgar essas informações. Por conseguinte, existe uma clara necessidade de um enquadramento da comunicação de informações sólido e acessível, acompanhado de práticas de auditoria eficazes, a fim de garantir a fiabilidade dos dados e evitar o branqueamento ecológico e a dupla contagem.”

Sem medidas políticas adequadas, prevê-se um aumento da lacuna entre as necessidades de informação dos utilizadores e as informações sobre a sustentabilidade prestadas pelas empresas. Para abordar essas questões, torna-se imperativo impor requisitos que assegurem que as divulgações de informações não financeiras estejam em conformidade com normas comuns de divulgação não financeira (Comissão Europeia, 2021; Parlamento Europeu & Conselho, 2022).

A proposta da Diretiva relativa ao relato de sustentabilidade empresarial foi apresentada em 2021 pela Comissão Europeia e entrou em vigor a 5 de janeiro de 2023. A Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Empresarial (CSRD), Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022, alterou diversos regulamentos existentes. Inserido no artigo 19º-A, o relato de sustentabilidade torna-se obrigatório para grandes empresas e pequenas e médias empresas, excluindo as microempresas. Estas devem incluir no relatório de gestão informações essenciais para compreender o impacto nas questões de sustentabilidade, assim como a influência dessas questões na evolução, desempenho e posição da empresa (Parlamento Europeu & Conselho, 2022; Riveiro, 2023b).

A CSRD representa um avanço significativo na implementação de normas de sustentabilidade, preenchendo lacunas na legislação europeia relacionada ao relato de sustentabilidade empresarial. A obrigatoriedade de divulgação abrange todas as grandes, pequenas e médias empresas, excluindo microempresas, num aumento notável em comparação com as 11.600 empresas anteriormente sujeitas a esses requisitos. As empresas devem adotar as novas regulamentações no exercício de 2024, para relatórios publicados em 2025. Não obstante, as PME cotadas em bolsa têm um período de transição até 2028 para aplicar integralmente os requisitos estabelecidos (Riveiro, 2023b). Para empresas fora da UE, a obrigatoriedade aplica-se a todas com receitas líquidas na UE superiores a 150 milhões de euros e pelo menos uma filial na UE que seja grande empresa, ou cotada, ou com receita líquida superior a 40 milhões de euros (Parlamento Europeu & Conselho, 2022).

A CSRD será complementada pelas Normas de Relato de Sustentabilidade da UE (ESRS), desenvolvidas pelo European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG). As empresas abrangidas pela Diretiva serão obrigadas a utilizar essas normas no relato de sustentabilidade (PWC, 2023). Embora ainda estejam em desenvolvimento, o primeiro conjunto de normas foi publicado a 9 de junho de 2023, sob a forma de ato delegado para período de *feedback*. Essas normas especificam as informações que as empresas devem relatar sobre questões de sustentabilidade e estão mencionadas no Artigo 19º-A, ponto 2 (Parlamento Europeu & Conselho, 2022; PWC, 2023).

A informação de sustentabilidade será incluída como uma secção dedicada no Relatório de Gestão, apresentada em formato eletrónico, de acordo com uma taxonomia digital específica (PWC, 2023). Além disso, a CSRD exige que o revisor oficial de contas realize um trabalho de auditoria de garantia de fiabilidade razoável sobre o relatório de sustentabilidade da empresa, avaliando a conformidade com as Normas ESRS, o processo de identificação de informações e o cumprimento do requisito de marcação do relato de sustentabilidade, até 1 de outubro de 2028.

A CSRD, em conjunto com o Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (SFDR, Regulamento 2019/2088) e o Regulamento da Taxonomia (Regulamento 2020/852), constitui os pilares fundamentais do novo quadro de relatórios de sustentabilidade. Este conjunto normativo visa apoiar a estratégia de financiamento sustentável da UE. Resumidamente, os requisitos de divulgação da CSRD e das ESRS representam uma evolução necessária para equiparar a

comunicação de sustentabilidade aos relatórios financeiros. Contudo, há ainda um longo caminho a percorrer (PWC, 2023).

2.6. Organismos emissores de normas e diretrizes de sustentabilidade

Ao longo dos anos, tem-se observado o desenvolvimento progressivo das normas para relatórios de sustentabilidade por diversas instituições privadas, incluindo a *Global Reporting Initiative* (GRI), o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), o *World Resources Institute* e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, entre outros (Giner & Luque-Vilchez, 2022). Neste contexto, destaca-se o papel preponderante desempenhado pela GRI, que ao longo dos anos emergiu como uma figura central na standardização de abordagens relacionadas a relatórios de sustentabilidade, consolidando-se como uma referência de destaque (Pesci et al., 2023). O dinamismo crescente observado nos últimos anos, particularmente em 2020 e 2021, no domínio do relato de sustentabilidade, evidencia-se de maneira proeminente, especialmente no contexto da União Europeia (UE) (EFRAG, 2021; Giner & Luque-Vilchez, 2022).

Recentemente, várias entidades especializadas na prestação de informações não financeiras iniciaram processos de fusão, visando estabelecer uma abordagem global unificada para a divulgação de informações não financeiras (de Villiers & Dimes, 2023). A procura por harmonização e consistência nas normas de relato de sustentabilidade assemelha-se ao processo iniciado há mais de quatro décadas no âmbito do relato financeiro, porém, revela-se mais ágil na sua evolução (Giner & Luque-Vilchez, 2022). Duas instituições de grande relevância emergiram no cenário do relato de sustentabilidade, alinhando-se com as instituições pioneiras, resultando num notável aceleração do processo (Giner & Luque-Vilchez, 2022). A Comissão Europeia (CE), em colaboração com o Grupo Consultivo de Relato Financeiro Europeu (EFRAG) e a Fundação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), anunciou, em 2021, a sua consolidação com alguns dos mencionados órgãos de relato de sustentabilidade (Giner & Luque-Vilchez, 2022).

Esse novo panorama suscita questionamentos sobre o papel futuro da GRI, pois a Fundação IFRS, em âmbito global, e o EFRAG, em âmbito europeu, têm delineado projetos sustentáveis inovadores, visando impactos globais alinhados com a sustentabilidade e melhorias ambientais, extrapolando os meros resultados financeiros e a criação de valor para os acionistas (Tettamanzi et al., 2022). As diretrizes propostas por instituições como o IIRC, o SASB, o EFRAG

e o ISSB visam estabelecer um ambiente de negócios internacional mais uniforme, transparente e responsável. Essas diretrizes são concebidas para que a aplicação seja consistente em diferentes países e setores, possibilitando que as informações contidas nos relatórios de sustentabilidade sejam compreensíveis e comparáveis em escala global (GRI, 2013b).

Diante dessas mudanças, surgem novas dinâmicas de poder entre os intervenientes, nomeadamente entre o EFRAG e a Fundação IFRS, sendo este um desenvolvimento de extrema importância. A independência na formulação das normas de relato ESG por essas duas instituições, caso ocorra, pode resultar em incoerências e dificuldades de comparação, cenário que se almeja evitar (Tettamanzi et al., 2022). Apesar de não ter colaborado inicialmente com a Fundação IFRS, a GRI assinou um acordo de colaboração com o ISSB, com o intuito de coordenar programas de trabalho e atividades de definição de normas (IFRS, 2022). O atual impulso regulamentar, com a adoção obrigatória de relatórios de sustentabilidade, instiga a necessidade de normas amplamente aceites, sendo que as normas do EFRAG serão adotadas pelas empresas da União Europeia abrangidas pela diretiva promulgada pela UE (de Villiers et al., 2022; Pesci et al., 2023). Dada a relevância da GRI no âmbito deste estudo, torna-se crucial efetuar uma breve exposição da sua evolução e proporcionar uma síntese dos instrumentos reguladores emitidos.

A *Global Reporting Initiative* configura-se como uma organização internacional de normalização independente, cuja fundação remonta a 1997, originada como uma colaboração entre a Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis, uma organização não governamental americana, e o Programa Ambiental das Nações Unidas (ONU) (de Villiers et al., 2022). Tem como missão elaborar uma estrutura para relatórios de sustentabilidade (Guerreiro, 2013). Segue um processo independente e envolve várias partes interessadas para criar uma linguagem global comum, com a expectativa de construir um futuro sustentável (Adams et al., 2022). As diretrizes da GRI são periodicamente verificadas para fornecer orientações atualizadas e adequadas com vista à eficaz preparação de relatórios de sustentabilidade, como é mostrado ao longo do cronograma presente na **figura 1** (GRI, 2013b), tornando-se as diretrizes mais amplamente utilizadas e abrangentes do mundo para tal finalidade (GRI, 2023a). De acordo com uma pesquisa da KPMG (2020, p. 25), "73% das 250 maiores empresas globais e 67% das maiores empresas N100 de 52 países estão a utilizar as normas GRI", o que desta a relevância global das normas da GRI.

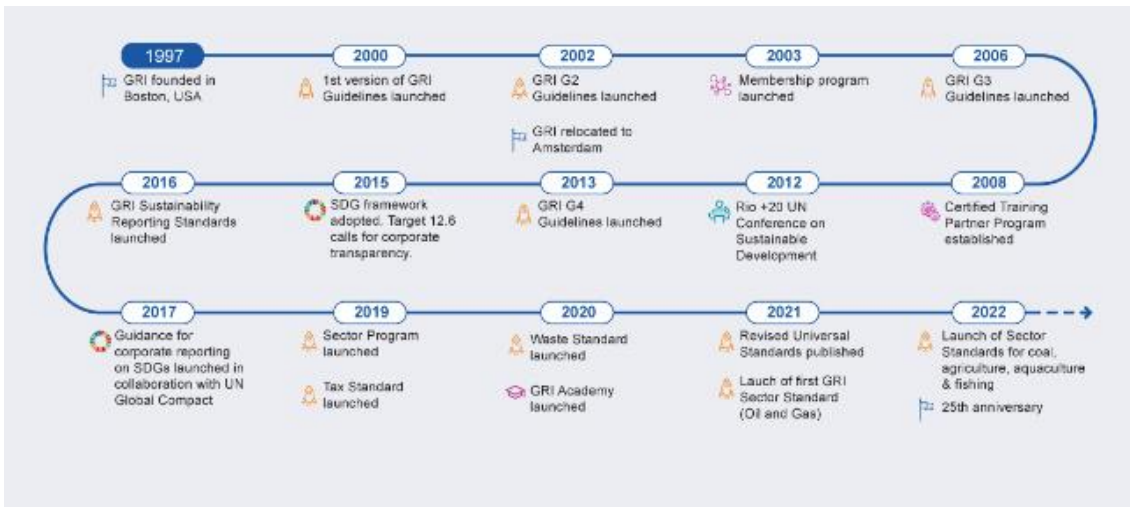


Figura 1 Cronograma da história da GRI

Fonte: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>

A história evolutiva da GRI teve início em 2000 com a publicação das primeiras diretrizes, as Diretrizes G1, fornecendo a primeira estrutura global para relatórios de sustentabilidade. Tornou-se independente e sem fins lucrativos em 2001 e, em 2002, as Diretrizes G2 foram atualizadas. A crescente aceitação e adoção das normas da GRI pelas empresas levaram a uma expansão contínua, resultando nas Diretrizes G3 em 2006 e nas Diretrizes G4 em 2013. Em 2016, a GRI iniciou a definição das primeiras normas globais para relatórios de sustentabilidade, substituindo as diretrizes por um conjunto modular simples para uma visão abrangente dos tópicos materiais, impactos e gestão organizacional (GRI, 2023b). A evolução continuou com a introdução de novas normas, como as Normas sobre Impostos em 2019 e sobre Resíduos em 2020. O ano de 2021 marcou uma significativa atualização nas Normas Universais, juntamente com a implementação contínua das Normas Setoriais (GRI, 2023a). As "Normas Universais" incluem 3 standards universais, aplicáveis a todas as organizações GRI 1 - Fundamentos, GRI 2 – Conteúdos Gerais e GRI 3 – Temas Materiais (**Figura 2**) (GRI, 2022).

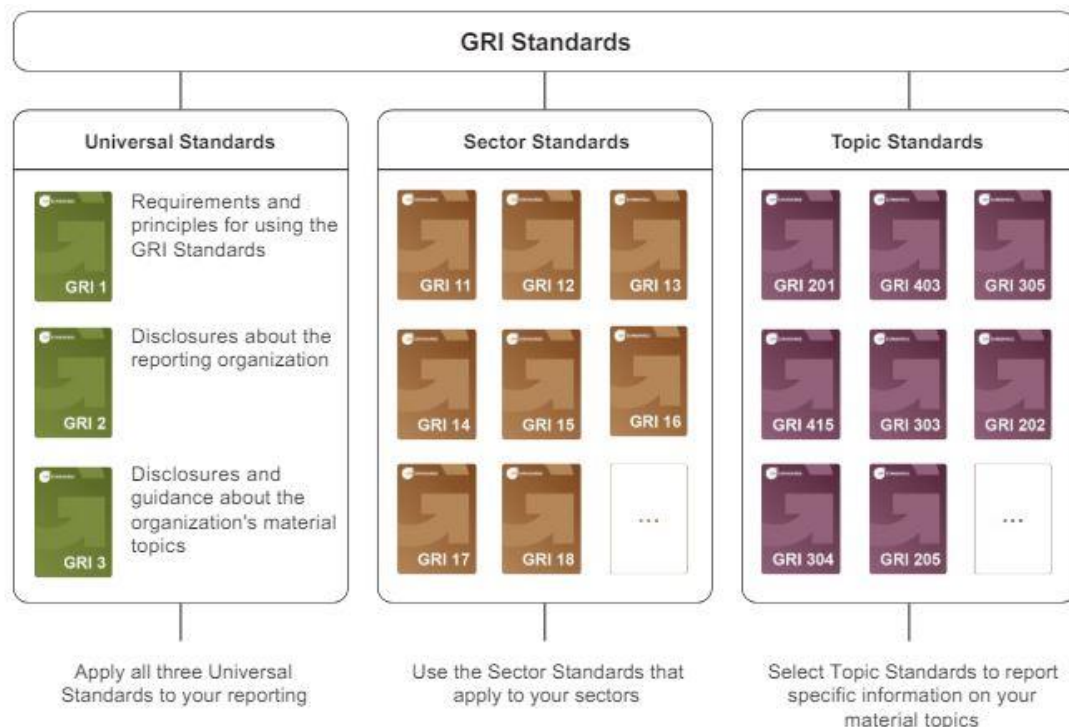


Figura 2 Normas GRI: Normas Universais, Setoriais e Temáticas

Fonte: (GRI, 2022)

As “Normas Setoriais” incluem 40 standards setoriais, em desenvolvimento, entre os quais GRI 11: Setor de Petróleo e Gás, GRI 12: Setor de Carvão e GRI 13: Setores da Agropecuária, Aquicultura e Pesca (Figura 2). Já as “Normas Temáticas” contam com 34 standards específicos de divulgação para escolha (segundo temas materiais) (Tabela 1).

Tabela 1 Normas Temáticas

GRI 200 - ECONÓMICO	
GRI 201-	DESEMPENHO ECONÓMICO
GRI 202 -	PRESENÇA NO MERCADO
GRI 203 -	IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS
GRI 204 -	PRÁTICAS DE COMPRAS
GRI 205 -	COMBATE À CORRUPÇÃO
GRI 206 -	CONCORRÊNCIA DESLEAL
GRI 207 -	IMPOSTOS
7 TEMAS – 17 INDICADORES	
GRI 300 - AMBIENTAL	
GRI 301 -	MATERIAIS
GRI 302 -	ENERGIA
GRI 303 -	ÁGUA E EFLUENTES
GRI 304 -	BIODIVERSIDADE
GRI 305 -	EMISSÕES

GRI 306 - EFLUENTES E RESÍDUOS
GRI 307 - CONFORMIDADE AMBIENTAL
GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES
8 TEMAS – 32 INDICADORES
GRI 400 - SOCIAL
GRI 401 - EMPREGO
GRI 402 - RELAÇÕES DE TRABALHO
GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO
GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
GRI 406 - NÃO DISCRIMINAÇÃO
GRI 407 - LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA
GRI 408 - TRABALHO INFANTIL
GRI 409 - TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO
GRI 410 - PRÁTICAS DE SEGURANÇA
GRI 411 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
GRI 412 - AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS
GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES
GRI 415 - POLÍTICAS PÚBLICAS
GRI 416 - SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM
GRI 418 - PRIVACIDADE DO CLIENTE
GRI 419 - CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA
19 TEMAS – 40 INDICADORES

Fonte: Elaboração Própria

Os princípios fundamentais da GRI são categorizados em dois grupos: Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório (incluindo *stakeholders*, contexto da sustentabilidade, materialidade e completude) e Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório (equilíbrio, comparabilidade, exatidão, tempestividade, clareza e confiabilidade). O primeiro grupo identifica o conteúdo a ser abordado no relatório, considerando as atividades, impactos e expectativas dos *stakeholders*. Já os Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório orientam para garantir a qualidade das informações relatadas, permitindo avaliações consistentes e justas por parte dos *stakeholders* (GRI, 2013a).

2.7. Estudos sobre o relato sustentabilidade

Diversas investigações têm sido conduzidas ao longo dos anos sobre a divulgação de informação não financeira, tanto a nível nacional como internacional. De forma geral, esses

estudos procuram analisar as informações divulgadas, compreender a qualidade e a natureza destas, explorar o papel da legislação existente e avaliar os esforços empreendidos pelos organismos na esfera da sustentabilidade.

O estudo realizado por Lombardi et al. (2022) concentrou-se na divulgação de informações climáticas por entidades de interesse público (EIP) no contexto da divulgação não financeira, com foco específico em Itália e na indústria. Os autores empregaram a análise de conteúdo para examinar os relatórios de sustentabilidade de 34 EIP italianas em 2019, após a implementação da diretiva da União Europeia. Utilizando um sistema de codificação e classificação baseado em 99 indicadores alinhados com a estrutura das diretrizes da Comissão Europeia, incluindo o Indicador de Informações Relacionadas ao Clima (CII), os resultados indicaram uma lacuna na divulgação de informações climáticas. Concluíram que a divulgação ainda está em estágios iniciais de conformidade com as diretrizes da Comissão Europeia, ressaltando a necessidade de melhorias. Embasados nas teorias de divulgação corporativa, legitimidade e partes interessadas, os resultados destacam a importância de avançar nesse domínio.

Fiandrino et al. (2022) conduziram uma investigação visando apresentar o estado da arte do debate sobre a qualidade da divulgação de informações não financeiras. Este estudo, motivado pela necessidade de caracterizar as dimensões da qualidade das Informações Financeiras Não (IFN), baseou-se numa revisão de literatura. A revisão avaliou e sintetizou o conhecimento científico e documentos recolhidos durante a consulta pública para a revisão da Diretiva relativa ao relato não financeiro (DRNF). As conclusões dos autores apontam para um consenso na literatura e documentos consultados sobre a necessidade de uma abordagem de dupla materialidade, inclusão de conteúdos específicos sobre questões de sustentabilidade, clarificação da relevância das IFN e integração destas nos relatórios de gestão.

Já Ottenstein et al. (2022) desenvolveram um estudo com o propósito de investigar os efeitos da Diretiva Europeia de Relatórios Não Financeiros (2014/95/UE) nas práticas de relato de sustentabilidade das empresas. Especificamente, analisaram a quantidade de relatórios disponíveis (disponibilidade de informação) e a qualidade (comparabilidade e credibilidade). O estudo envolveu 905 empresas de 28 + 2 países da União Europeia, afetadas pela diretiva, utilizando uma análise de regressão de diferenças-em-diferenças de variáveis dependentes da base de dados Refinitiv ESG. Concluíram que a Diretiva não só influencia a quantidade como também a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. As empresas tratadas fornecem cerca de 4 pontos

percentuais a mais de informação sobre sustentabilidade (ou seja, disponibilidade) do que as empresas de controlo com uma pontuação de propensão correspondente e têm 19% mais probabilidades de receber garantia externa (ou seja, credibilidade). No entanto, a diretiva não é o fator decisivo para a adoção das orientações da GRI (ou seja, a comparabilidade).

Outro estudo relevante sobre o impacto da Diretiva 95/2014 da União Europeia foi conduzido por Lombardi et al. (2022), focando-se nas grandes empresas públicas, especialmente na Itália, onde a diretiva foi além dos requisitos originais. Investiga-se como a Diretiva UE promove a institucionalização do processo de relato não financeiro nas organizações. Foram utilizadas duas grandes empresas públicas italianas, tendo sido os dados recolhidos de relatórios anuais, integrados, páginas web institucionais e entrevistas semiestruturadas. Estes resultados indicaram que a Diretiva da UE provocou mudanças nas práticas de relato das grandes empresas públicas, influenciadas por pressões externas que impactaram as práticas organizacionais internas.

O Business Council for Sustainable Development (2023) Portugal, no âmbito da iniciativa Carta de Princípios e Jornada 2030, realizou um estudo sobre o grau de maturidade em sustentabilidade das empresas em Portugal, com base num inquérito realizado, entre junho e outubro de 2022, a 67 empresas portuguesas, das quais 30 grandes empresas, 31 PME e seis microempresas. A análise resultou num retrato agregado do estado de maturidade das empresas em termos de sustentabilidade. Concluíram que a maioria das empresas se encontra nas etapas iniciais da jornada de sustentabilidade, evidenciando uma necessidade premente de melhorias. As empresas já compreendem a importância da sustentabilidade, alinhando missões e visões com compromissos nesse sentido. Não obstante, apenas cerca de metade desenvolve, aprova e monitoriza efetivamente a estratégia de sustentabilidade.

A Católica-Lisbon (2022) propôs uma série de estudos e ações para promover a evolução na Agenda 2030 no setor empresarial português. Com uma amostra de 60 grandes empresas e 103 PME, o estudo concluiu que Portugal é um país relativamente avançado na implementação da Agenda 2030. No entanto, desafios persistem, especialmente para alguns objetivos considerados estratégicos para a economia e sociedade. As empresas portuguesas têm comportamentos diversificados na sua ambição e atuação na Agenda 2030. Como seria de esperar, as grandes empresas, fruto de exigências legais e de mercado, apresentam um maior progresso nos ODS do que as PME, apesar de ainda existirem desafios transversais a todo o setor

privado. E têm uma grande consciência da importância da Agenda do Desenvolvimento Sustentável que, através das suas ações, demonstram compromisso com o seu cumprimento.

A Porto Business School (2021) conduziu um estudo para identificar o impacto do COVID-19 na sustentabilidade das PME e das grandes empresas no mercado nacional. Foram distribuídos inquéritos por Pequenas e Médias Empresas e Grandes empresas nacionais ou a atuar no mercado nacional. Obtiveram um total de 39 respostas ao inquérito por parte de empresas de vários setores, predominantemente dos concelhos do Porto, Lisboa e Aveiro, representando 82,1% dos inquiridos. As empresas participantes apresentam diferentes números de colaboradores, correspondendo a uma amostra diversificada. Da análise dos dados recolhidos, verificaram que as empresas que responderam ao questionário valorizam os temas da Sustentabilidade, reconhecem o seu valor competitivo no presente e no futuro, estando já a implementar variadíssimas iniciativas com impacto na sustentabilidade ambiental e social da organização. Porém, a falta de compromisso com o tema é evidente, pois a maior parte não tem um orçamento dedicado à Sustentabilidade, não apresenta estrutura formal de governança, nem possui um departamento responsável pela área.

O estudo realizado por Fonseca & Carvalho (2019) teve como objetivo mapear o empenho das empresas com sistemas de gestão certificados em Qualidade, Meio Ambiente e Saúde e Segurança Ocupacional (QEOHS) em contribuir e reportar para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Realizou-se a análise do conteúdo dos relatórios que se encontravam disponíveis até 31 de dezembro de 2017 nos sites institucionais, de um total de 235 organizações portuguesas com sistemas de gestão certificados pela QEOHS. Os resultados revelaram um relato moderado dos ODS, com destaque para o ODS 12-Consumo e produção responsáveis, ODS 13-Ação climática, ODS 09-Indústria, inovação e infraestruturas, ODS 08-Trabalho decente e crescimento económico e ODS 17-Parcerias para os objetivos. Além disso, os resultados dos testes estatísticos mostraram que a comunicação dos ODS é mais proeminente nas organizações (QEOHS) que apresentam um elevado volume de negócios, são membros da Rede Portugal do Pacto Global das Nações Unidas e divulgam os seus relatórios de sustentabilidade no seu website.

Carvalho, Santos, & Gonçalves (2020) realizaram um estudo com o intuito de determinar a natureza do conteúdo divulgado e o perfil de uma típica empresa portuguesa que divulga informação sobre sistemas de gestão integrados (SGI), política ambiental, sustentabilidade

empresarial (SC) e responsabilidade social empresarial (RSE) no site corporativo, rumo ao desenvolvimento sustentável. Realizaram uma análise exploratória do site de 523 empresas certificadas até 2011, nos sistemas de gestão de qualidade (ISO 9001), meio ambiente (ISO 14001) e saúde e segurança ocupacional (OHSAS 18001). Basearam-se na técnica de análise de conteúdo, permitindo quantificar o conteúdo das informações divulgadas no site por categoria e subcategorias de análise. Uma visão holística sobre o tamanho do conteúdo disponível no site foi determinada através do índice de divulgação de informações (IIDIMS/CS/CSR). Os autores concluíram que 388 empresas (91,9%) relatam ter sistemas de gestão, 360 empresas (85,3%) possuem ter um sistema de gestão da qualidade, 337 (79,9%) empresas incorporam um sistema de gestão ambiental que contém política ambiental e 332 (78,7%) implementam sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacional. Além disso, a divulgação de informações sobre SGI/CS/RSE é mais proeminente quando a dimensão (tamanho) da empresa é maior e quando a forma jurídica (estrutura) da empresa é uma sociedade anônima.

Resumindo, estes estudos abordam aspectos cruciais da divulgação de informações não financeiras, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e crítica da dinâmica atual nessa área. As conclusões destacam a necessidade contínua de melhorar, tanto em termos de quantidade como de qualidade das informações divulgadas, evidenciando a relevância crescente desse domínio nas práticas empresariais atuais.

3. METODOLOGIA

Conforme delineado na introdução, o presente estudo tem como objetivo analisar o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal. Assim, pretende-se responder à seguinte questão de investigação: *Como se caracteriza o relato de sustentabilidade das empresas privadas de saúde que operam em Portugal?*

Este capítulo, focado no estudo empírico, encontra-se dividido em cinco secções. Inicialmente, é apresentada a perspetiva e o método de investigação implementado. Em seguida, é efetuada a caracterização da amostra em estudo. Na terceira secção, procede-se à construção do índice de divulgação. Posteriormente, na quarta secção, são analisados e discutidos os resultados das análises efetuadas. Por fim, o capítulo encerra com uma conclusão.

3.1. Perspetiva e método de investigação implementada

Existem diferentes abordagens que podem ser seguidas para a análise de dados, cada uma com características e métodos distintos com implicações para a interpretação dos resultados. No presente trabalho, no qual se realiza uma análise do relato de sustentabilidade dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal, considerou-se a estratégia mais adequada um estudo com a combinação das seguintes abordagens de análise de dados, tais como:

1) Abordagem pragmática para análise de dados, uma vez que se valorizou a aplicação prática do conhecimento e a sua capacidade de gerar resultados relevantes e significativos num contexto específico. Esta abordagem enfatiza, também, a importância de selecionar métodos de análise que melhor se adequem às exigências específicas de uma investigação, ampliando assim o leque de possibilidades para a produção de conhecimento útil (Saunders et al., 2009).

2) Abordagem indutiva para análise dos dados. A abordagem indutiva, *bottom-up* para análise de dados, parte de observações específicas para chegar a conclusões gerais (Saunders et al., 2009). Nesta abordagem, são recolhidos dados empíricos e, a partir da análise desses dados, desenvolvem-se teorias ou generalizações sobre o fenómeno estudado (Saunders et al., 2009). Ou seja, neste estudo, foi realizada uma seleção criteriosa dos casos em estudo, com o intuito de permitir a generalização teórica das explicações encontradas.

3) A abordagem mista de dados, que combina técnicas qualitativas e quantitativas para compreender um determinado fenómeno de investigação. É uma abordagem eficaz para abordar

questões de investigação complexas e obter uma compreensão mais completa, com conclusões mais robustas, uma vez que permite a amplificação do alcance da investigação e a complementaridade das técnicas utilizadas (Saunders et al., 2009). Especificamente, a análise quantitativa envolveu a recolha de informação presente nos relatórios e contas, bem como nos relatórios de sustentabilidade, para determinar o índice de divulgação dos grupos privados de saúde que operam em Portugal. Esta abordagem não se limitou a identificar a presença ou ausência de informações, mas a calcular um índice com base nos dados recolhidos, sem abordar as motivações e justificações implícitas no relato de sustentabilidade. Relativamente à análise qualitativa, esta incluiu a análise do conteúdo dos referidos relatórios para obter informações que permitissem caracterizar o relato de sustentabilidade das entidades em análise. Adicionalmente, procurou-se informação sobre o contexto e obrigações de relato para as entidades em análise, de modo a melhor contextualizar o estudo e a interpretar os resultados da análise quantitativa. Além disso, foi realizada uma análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade do ano de 2022, que pretende avaliar e comparar o nível de detalhe das práticas de gestão de resíduos hospitalares apresentadas pelos diferentes grupos privados de saúde.

4) Análise de dados longitudinais e secundários. Os estudos longitudinais emergem como uma ferramenta essencial na investigação, destacando-se pela sua capacidade de examinar a evolução e o desenvolvimento ao longo do tempo (Saunders et al., 2009). Ao acompanhar indivíduos, grupos ou eventos ao longo de períodos prolongados, os investigadores podem exercer um controlo significativo sobre as variáveis em estudo, permitindo uma análise mais aprofundada e precisa (Saunders et al., 2009). A questão central nos estudos longitudinais reside na investigação de eventuais mudanças ao longo do tempo, tendo como objetivo garantir uma compreensão abrangente e precisa dos fenómenos em estudo (Saunders et al., 2009). Neste trabalho, foi aplicada esta abordagem para ser possível avaliar a evolução do relato de sustentabilidade das empresas privadas de saúde que operam em Portugal ao longo dos anos, no período de 2005 a 2022. A justificação deste período é apresentada na secção seguinte. Adicionalmente, foram recolhidos e analisados os dados do relatório de sustentabilidade de 2022 do Grupo Fleury, considerado um grupo de referência. Destaca-se no setor da saúde pela excelência em serviços médicos, pelo reconhecimento através de prémios, inclusão em índices de sustentabilidade, pelo compromisso com o Pacto Global da ONU e pelas práticas sustentáveis e responsabilidade corporativa.

3.2. Caracterização da população/amostra em estudo

O conjunto completo de casos, dos quais uma amostra é retirada, tem como designação população. A definição da população para esta investigação centrou-se no setor privado da saúde em Portugal. Este setor evidencia a sua grandiosidade através do impressionante número de serviços prestados à população. Em 2022, um total de 129 hospitais privados foram responsáveis por mais de 25 mil consultas por dia, ultrapassando 9,3 milhões/ano, quase 1 milhão e 425 mil episódios de urgência e mais de 257 mil cirurgias (AHPH, 2024). Assim, estes dados refletem não apenas a amplitude da cobertura oferecida, mas também a eficiência e a capacidade de resposta do setor privado às necessidades de saúde da comunidade (AHPH, 2023a). Ainda de salientar que o setor privado no último ano realizou mais exames complementares de diagnóstico, nomeadamente tomografias computadorizadas (TAC) e ressonâncias magnéticas (RM), que cresceram, respetivamente, 7,4% e 11,6%, relativamente ao ano anterior (AHPH, 2024). Essa tendência de incremento indica não só uma maior procura por serviços de saúde no setor privado, mas também a confiança da população neste setor para atender as necessidades médicas com eficácia e qualidade.

Neste trabalho, essencialmente por restrições de disponibilização de relatórios de sustentabilidade por parte dos grupos de saúde, seria impossível recolher e, conseqüentemente, analisar o relato de sustentabilidade de todas as empresas privadas de saúde que operam em Portugal. Assim, é essencial recorrer a técnicas de amostragem, através de uma variedade de métodos, que permitem selecionar uma amostra, reduzindo a quantidade de dados a recolher e a analisar (Saunders et al., 2009). Desta forma, recorreu-se a um método não aleatório intencional de amostragem heterogénea. Trata-se de um método de seleção da amostra em que esta é escolhida com base na disponibilidade, seja por conveniência ou por critérios específicos (julgamento do investigador). A escolha é realizada de forma a selecionar os casos que melhor lhe permitirão responder à(s) pergunta(s) de pesquisa e atingir os objetivos definidos (Saunders et al., 2009). A amostragem heterogénea permitiu recolher dados para descrever e explicar os temas principais relativos à sustentabilidade.

Através do método de amostragem utilizado foram identificados os principais grupos privados com base em critérios fundamentais, incluindo a dimensão, o impacto no setor e a disponibilidade de informações sobre sustentabilidade, de modo a garantir a relevância teórica do estudo. Como resultado, o foco recai nos cinco maiores e mais influentes grupos de saúde privados

em Portugal: CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e Hospitais Particulares do Algarve, todos eles associados à Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP). A amostra compreende estes cinco grupos, os quais englobam um total de 111 unidades de saúde, incluindo hospitais, clínicas e institutos. A amostra é representativa de 111 (ver **tabela A1 no apêndice I**) das 131 unidades de saúde existentes no setor privado da saúde em Portugal, perfazendo 84,73% da população estudada.

De modo a analisar o relato de sustentabilidade das instituições de saúde privadas em Portugal, realizou-se uma análise metódica dos *websites* e dos relatórios divulgados pelas entidades em estudo. De salientar que, no momento da recolha de dados, alguns dos *websites* continham separadores específicos dedicados apenas à sustentabilidade, o que facilitou a identificação e a recolha de informações pertinentes para o estudo. Deste modo, excluíram-se da população os grupos que não apresentaram qualquer divulgação relativa à sustentabilidade durante o período analisado, nomeadamente o Trofa Saúde e os Hospitais Particulares do Algarve. Desta feita, a amostra foi redefinida, consistindo agora nos três grupos privados de saúde que divulgam informação estruturada de sustentabilidade: CUF, Luz e Lusíadas. Estes três grupos englobam um total de 73 unidades de saúde (65,77% da população) dentro do contexto analisado.

A partir da amostra previamente definida, procedeu-se à recolha de documentos relevantes para análise, nomeadamente os relatórios e contas, os relatórios integrados e os relatórios de sustentabilidade disponíveis. Este processo abrange um período extenso de 17 anos, compreendendo os anos de 2005 a 2022, tal como sumariado na **tabela 2**. O período em estudo justifica-se por 2005 ter sido o 1.º ano em que foi identificada a divulgação de sustentabilidade por parte das entidades estudadas e por 2022 ser o último ano sobre o qual havia informação disponível. No total, foram examinados 33 documentos, dos quais 10 correspondem a relatórios de sustentabilidade independentes, divulgados separadamente dos Relatórios e Contas. Os restantes 23, são Relatórios e Contas que incluem informações sobre sustentabilidade de forma integrada.

Tabela 2 Divulgação de informação de sustentabilidade pelos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusiadas, Trofa e HPA).

RC – Relatório de Sustentabilidade; RC – Relatório e Contas; RI – Relatório Integrado; X – não disponível

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RI	RI	RS	RS	RS	RS	RS
LUZ	X	X	X	X	X	RC	X	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RC	RS
LUSÍADAS	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	RS	RS	RS	RS
TROFA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
HPA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PORTUGUÊS

O sistema de saúde em Portugal resulta de um processo evolutivo secular, que abarca desde a fundação de hospitais pelas misericórdias até à instituição do Serviço Nacional de Saúde em 1979 e, mais recentemente, ao surgimento de grupos privados no domínio da saúde (Gouveia, 2023; Paulo, 2010). Este percurso conduziu à configuração de um sistema misto, composto pelos setores público e privado. No contexto do setor público, destaca-se o Serviço Nacional de Saúde no território continental, concebido como um sistema de seguro público equitativo, que proporciona uma cobertura universal com custos reduzidos para os utentes durante a prestação dos serviços (Paulo, 2010). Este é financiado por meio de impostos e taxas moderadoras (Paulo, 2010). Adicionalmente, mencionam-se os serviços regionais de saúde nas regiões autónomas. (Gouveia, 2023). O setor privado revela-se extremamente diversificado, sendo surpreendente para muitos o seu predomínio sobre o setor público na prestação de cuidados de saúde. Neste domínio, são contemplados as unidades e grupos com fins lucrativos, cujo crescimento tem sido significativo nos últimos anos (Gouveia, 2023).

O Estado detém a responsabilidade de financiar e providenciar cuidados de saúde através de um serviço público, acessível a todos os cidadãos. Este modelo, fundamentado no Serviço Nacional de Saúde (SNS), é sustentado pelo orçamento do estado. De acordo com o artigo 64º da Constituição da República Portuguesa, todos os indivíduos têm direito à proteção da sua saúde, bem como o dever de a promover e defender, por intermédio de um "serviço nacional de saúde universal e geral", o qual, tendencialmente, se apresenta como um serviço gratuito, considerando as circunstâncias económicas e sociais dos cidadãos (Assembleia da República Portuguesa, 1976). Nas Leis de Base da Saúde, é mencionado que a prestação de cuidados de saúde é efetuada por serviços e estabelecimentos do Estado, ou sob a sua supervisão, por outras entidades públicas ou privadas, sem ou com fins lucrativos (Assembleia da República Portuguesa, 1990).

Estudos, como o conduzido pela Sociedade de Consultores Augusto Mateus e Associados em 2017, evidenciam que os principais grupos privados no setor da saúde em Portugal englobam o grupo CUF, S.A., o mais antigo e de maior dimensão em termos de vendas ou valor acrescentado bruto (Gouveia, 2023). Em segundo lugar, surge a Luz Saúde, S.A., seguida pelo grupo Lusiadas – SGPS, S.A., originariamente derivado da Caixa Geral de Depósitos (CGD), mas atualmente com propriedade internacional. Posteriormente, destacam-se outros grupos com características diversas, como é o caso do Grupo Trofa Saúde SGPS, S.A., detentor do maior Hospital Central em

Vila do Conde, o maior hospital privado do país (Gouveia, 2023). Outros grupos de relevância considerável apresentam uma natureza heterogénea; na prestação de cuidados de saúde num sentido mais restrito, merece referência o grupo dos Hospitais Particulares do Algarve, S.A., com unidades no Algarve, assim como nas regiões autónomas (Gouveia, 2023).

4.1. O Setor Privado de Saúde

Os serviços de saúde privados em Portugal desempenham um papel suplementar, não se apresentando como uma alternativa integral ao Serviço Nacional de Saúde, proporcionando uma vasta gama de serviços especializados, incluindo diagnóstico, terapia, odontologia, consultas especializadas, reabilitação e serviços psiquiátricos (Paulo, 2010). Em Portugal, o setor da saúde foi pioneiro na implementação de Parcerias Público-Privadas (PPP) no setor da saúde, com o objetivo de fomentar abordagens inovadoras de partilha de riscos na prestação de cuidados de saúde. Estas parcerias viabilizam a participação do setor privado na conceção, construção, financiamento e exploração de unidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde (SNS & ACSS, 2023). Apesar da gestão privada das unidades de saúde inseridas no SNS, o acesso aos serviços clínicos permanece idêntico ao disponibilizado nas demais unidades hospitalares do setor público, garantindo que os utentes mantenham os direitos e deveres estipulados para o acesso ao SNS (SNS & ACSS, 2023).

A Associação Portuguesa da Hospitalização Privada (APHP) representa os hospitais privados a nível nacional, incluindo os cinco principais grupos de saúde privados em Portugal: CUF (Grupo José de Mello), Grupo Luz Saúde, Grupo Lusíadas Saúde, Grupo Trofa Saúde e Hospitais Particulares do Algarve (Grupo HPA Saúde). Na **figura 3**, está representada a distribuição destes grupos privados de saúde pelo país.

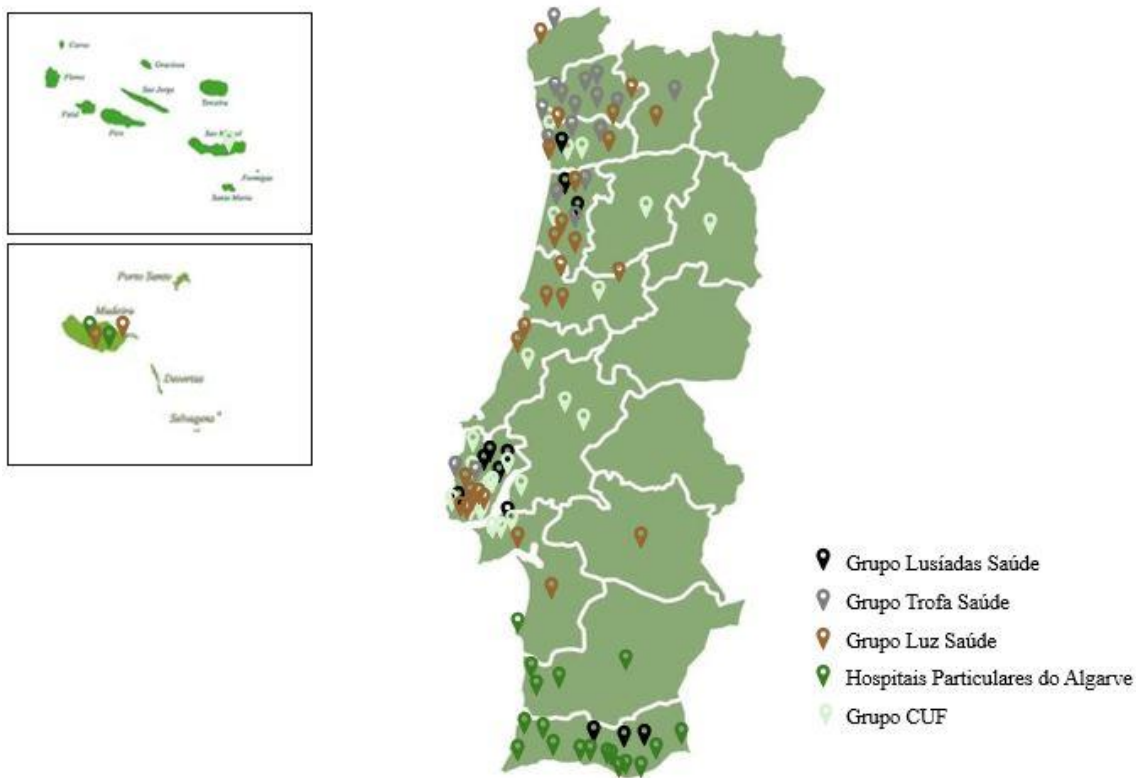


Figura 3 Distribuição dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

Fonte: Elaboração Própria

Conforme os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística da Saúde em 2022, Portugal contava com um total de 243 hospitais. Destes, 131 eram hospitais privados, 111 eram hospitais públicos e 1 estava em regime de parceria público-privada (PPP) (INE, 2024). Dessa forma, os hospitais privados e os hospitais públicos representavam, respetivamente, 53,9% e 45,7% do total de hospitais, enquanto a proporção de hospitais em regime de parceria público-privada era de apenas 0,4% (INE, 2024).

Em representação dos interesses e dos valores das unidades de saúde de natureza privada em Portugal, a APHP propugna pela implementação de um novo ciclo de políticas públicas no setor da saúde centrado no cidadão. Tal ciclo visa estabelecer um modelo que coloque em destaque a proteção e orientação do paciente, a disponibilização de informação correta e oportuna, o acesso simplificado e uma resposta rápida, eficiente e sustentável (APHP, 2023b). A associação considera como valores fundamentais para a adequada prestação de serviços de saúde pelo Sistema de Saúde Português a articulação entre os setores público e privado, num contexto de distribuição racional dos recursos, garantia da qualidade dos serviços, universalidade no acesso e liberdade de escolha (APHP, 2023b).

4.2. Grupos Privados de Saúde

Na tentativa de caracterizar os diferentes grupos, foram recolhidas informações relativas a métricas e indicadores, tais como o número de camas, serviços prestados e número de colaboradores. Todavia, constatou-se que nem todos os grupos divulgam os mesmos dados.

O grupo CUF fornece o número de camas, gabinetes e área apenas para quatro dos seus hospitais (Hospital CUF Descobertas, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Tejo e Hospital CUF Porto). Por sua vez, o Grupo Lusíadas disponibilizou o número de camas no seu relatório de sustentabilidade de 2021. O grupo Trofa Saúde apenas disponibiliza o número de camas quando anuncia a abertura de um novo hospital, como foi o caso do Hospital Privado de Gaia em 2015 e da 18.^a unidade hospitalar de Ovar em 2022. Os HPA e o grupo Luz fornecem o número de camas disponíveis para alguns serviços.

Relativamente aos serviços prestados, para o grupo CUF é apresentada uma lista com os 23 serviços disponíveis de forma geral, especificando quais destes estão disponíveis em cada hospital. O mesmo procedimento é seguido pelos restantes grupos, com a exceção de que o grupo Trofa Saúde disponibiliza apenas 18 serviços, enquanto os HPA oferecem 40 serviços. Tanto o Grupo Lusíadas como o Grupo Luz disponibilizam 12 serviços.

De uma forma geral, o número de colaboradores foi disponibilizado apenas pelos grupos que divulgaram relatório de sustentabilidade, nomeadamente o grupo CUF, Luz e Lusíadas. Excecionalmente, o grupo Trofa Saúde divulgou, numa publicação no seu *website*, que conta com mais de 5.000 colaboradores.

Esta disparidade na divulgação de informações sugere uma possível falta de transparência e talvez uma motivação e compromisso limitados com a divulgação completa dos dados.

Grupo HPA

O Grupo HPA Saúde é uma das entidades de destaque no panorama da prestação de cuidados de saúde em Portugal, abrangendo extensivamente as regiões do Algarve, Alentejo e Madeira. Fundado em 1996 com a inauguração do seu primeiro hospital em Alvor, o grupo consolidou-se como uma referência no setor da saúde privada portuguesa (Grupo HPA Saúde, n.d.-a). Este grupo é composto por diversos hospitais e clínicas, além de outras empresas afiliadas, tais como serviços de ambulâncias, parafarmácias, laboratórios de análises clínicas e centros de imagiologia e intervenção cardiovascular. A solidez e reconhecimento alcançados ao longo dos

anos devem-se, segundo o Grupo HPA, ao profissionalismo rigoroso da equipa, à inovação das intervenções médicas e à adoção de tecnologia diferenciadora (Grupo HPA Saúde, n.d.-a).

De acordo com o Grupo HPA Saúde, a sua visão é tornar-se uma referência na medicina privada moderna em Portugal. A sua missão consiste em atuar com qualidade, eficiência e sustentabilidade na prestação de cuidados de saúde diferenciados, visando melhorar o estado de saúde e bem-estar dos que recorrem aos seus serviços (Grupo HPA Saúde, n.d.-b). Atualmente, o grupo é composto por vinte unidades de saúde distribuídas estrategicamente no Sul do país e Madeira.

Grupo Trofa Saúde

O Grupo Trofa Saúde surge como uma extensão natural da Casa de Saúde da Trofa, tendo iniciado a sua trajetória em 1999. Este grupo visa proporcionar uma abordagem holística aos cuidados de saúde, integrando uma vasta rede de unidades hospitalares. O objetivo principal é melhorar a qualidade dos cuidados prestados aos clientes, oferecendo-lhes serviços de proximidade (Grupo Trofa Saúde, n.d.).

Na perspetiva do grupo Trofa Saúde, este destaca-se a nível nacional e conta com um dos melhores corpos clínicos, capaz de garantir um serviço alinhado com as normas mais recentes da medicina moderna. Menciona, ainda, que possui uma visão ambiciosa de construir uma rede nacional integrada de excelência em saúde e bem-estar, aspirando a tornar-se uma referência, não só em Portugal, como também na Europa. A sua missão consiste em proporcionar cuidados de saúde personalizados e de excelência, abrangendo todas as áreas, desde a prevenção à assistência técnica especializada, numa cadeia de saúde completa (Grupo Trofa Saúde, n.d.).

Grupo José de Mello - CUF

O Grupo José de Mello destaca-se pela sua presença diversificada na economia portuguesa. Este grupo, um dos maiores do país, possui participações em várias empresas que atuam em diferentes setores, incluindo a indústria química (*Bondalti*), saúde (CUF), vinho (*WineStone*) e infraestruturas e mobilidade (Brisa) (José de Mello, n.d.). Com uma história na prestação privada de cuidados de saúde desde 1945, através do Hospital CUF, segundo o Grupo José de Mello, o grupo CUF tem-se distinguido pela qualidade humana e excelência clínica dos seus serviços hospitalares.

De acordo com a informação divulgada pelo grupo, a sua missão é promover a prestação de serviços de saúde com elevados níveis de qualidade e conhecimento, respeitando o primado da vida e do ambiente. Para alcançar esta missão, o grupo baseia-se em três pilares de excelência: talento humano, serviço e operações e sistemas (CUF, n.d.). A CUF, integrada neste grupo, é o maior operador privado de cuidados de saúde em Portugal, com uma vasta rede de trinta e uma unidades hospitalares, incluindo hospitais, clínicas e um instituto (José de Mello, n.d.).

Grupo Luz Saúde

O Grupo Luz Saúde, estabelecido em 2000, destaca-se como um dos principais grupos de prestação de cuidados de saúde em Portugal, com presença nas regiões norte, centro, centro-sul do território continental e na Região Autónoma da Madeira. De acordo com o parecer deste grupo, a sua visão é ser um operador de referência na prestação de cuidados de saúde altamente especializados e complexos, através da prática de uma medicina de excelência e inovação integrada com o ensino e a investigação (Grupo Luz Saúde, n.d.).

Comprometido em proporcionar o melhor diagnóstico e tratamento médico possível, o Grupo Luz Saúde atua com base na crença de que o talento, a inovação e a dedicação são fundamentais para garantir os melhores resultados de saúde aos seus clientes. A missão do grupo é alcançar esses resultados através de um processo de diagnóstico e tratamento rápido e eficaz, respeitando sempre a individualidade de cada paciente. Além disso, o grupo procura criar uma organização capaz de atrair, desenvolver e reter profissionais excepcionais (Grupo Luz Saúde, n.d.).

Com um total de trinta unidades de saúde, incluindo catorze hospitais privados, quinze clínicas privadas e uma residência sénior, o Grupo Luz Saúde desempenha um papel crucial na oferta de cuidados de saúde em Portugal, abrangendo uma ampla gama de especialidades e serviços médicos (Grupo Luz Saúde, n.d.).

Grupo Lusíadas Saúde

O Grupo Lusíadas Saúde é reconhecido como um dos grupos de referência no setor da saúde em Portugal. Com o compromisso de proporcionar aos clientes uma experiência de cuidados de saúde excepcionais, o grupo destaca-se não apenas pela excelência, rigor e inovação, mas também pelo cuidado nos mais ínfimos detalhes (Grupo Lusíadas Saúde, n.d.-a).

A oferta de serviços baseia-se numa rede de doze hospitais e clínicas privadas distribuídas por todo o país, permitindo-lhe estar mais próximo das pessoas que depositam a sua confiança

(Grupo Lusíadas Saúde, n.d.-a). Segundo o Grupo Lusíadas Saúde, este tem como visão transformar os cuidados de saúde, baseando as decisões em ciência e dados, e potenciando o talento, a inovação, a qualidade e a excelência clínica (Grupo Lusíadas Saúde, n.d.-b).

Nesse sentido, a missão do grupo consiste em cuidar das pessoas e das suas famílias, através de uma melhoria contínua da experiência de cuidados de saúde, mantendo sempre uma abordagem humanizada e próxima. Desta forma, o Grupo Lusíadas Saúde aspira ser sempre a escolha de confiança para uma vida saudável e plena (Grupo Lusíadas Saúde, n.d.-b).

5. ESTUDO EMPÍRICO

5.1. Referenciais seguidos na elaboração de informação de sustentabilidade

Com base nos dados apresentados na **tabela 3**, verificou-se que o grupo CUF aderiu consistentemente às diretrizes estabelecidas pela GRI ao longo de todos os anos abrangidos pela análise (de 2013 a 2022). Esta adesão constante sugere um compromisso firme com a transparência e a divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade, alinhado com as normas definidas pela GRI. Uma trajetória semelhante é seguida pelo grupo Luz, à exceção dos anos de 2013, 2014 e de 2021, nos quais o grupo não forneceu qualquer informação relativa aos referenciais utilizados. Por outro lado, o grupo Lusíadas apresenta um padrão distinto. Apenas no ano de 2022, reportou informações em conformidade com as normas da GRI, não havendo qualquer evidência de conformidade com qualquer referencial nos anos anteriores.

Tabela 3 Informação sobre as normas utilizadas para reportar informações de sustentabilidade

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI
LUZ	SI	SI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	GRI	SI	GRI
LUSÍADAS	-	-	-	-	-	-	SI	SI	SI	GRI

SI- Sem Informação

Assim, é evidente que os três grupos analisados demonstram diferentes níveis de compromisso e adesão a referenciais como as diretrizes da GRI ao longo do período considerado. Estas discrepâncias refletem abordagens distintas no que concerne à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade.

5.2. O grau de divulgação de sustentabilidade: construção do Índice de Divulgação

À semelhança do trabalho realizado por Lombardi (2022), foram desenvolvidas grelhas de avaliação para cada categoria de desempenho: económico, ambiental e social, com os respetivos critérios. Estas grelhas realizaram-se com base nas diretrizes da GRI, dado que todos os grupos em estudo têm vindo a relatar em conformidade com as mesmas e uma vez que os dados recolhidos precedem as normas obrigatórias de relato desenvolvidas pelo EFRAG, que serão de aplicação a partir de 2024.

De acordo com o verificado na revisão de literatura, o desempenho global foi analisado sob três dimensões distintas: económica, ambiental e social. Cada uma destas dimensões é

subdividida em diferentes categorias, com um conjunto específico de informações e indicadores. O desempenho económico é subdividido em sete categorias, totalizando 17 indicadores. Já o desempenho ambiental é subdividido em oito categorias, totalizando 32 indicadores. Por sua vez, o desempenho social está subdividido em 19 categorias, contendo um total de 40 indicadores. Os indicadores correspondentes a cada categoria são detalhadamente apresentados em apêndice. As categorias da dimensão económica estão descritas no apêndice II; da dimensão ambiental, no apêndice III, e, da dimensão social, no apêndice IV.

Para o cálculo do índice de divulgação, apenas foram considerados os dados de 2013 a 2022, uma vez que só neste intervalo de tempo é que foram divulgadas informações relacionadas com sustentabilidade pelas entidades em análise. Semelhante ao descrito na literatura e realizado em estudos anteriores (Garzoni et al., 2023; Lombardi et al., 2022; Peña et al., 2020), a análise dos relatórios permitiu a atribuição da seguinte pontuação dicotómica:

-
- a) «1» - «item divulgado», quando o item está presente no relatório;
 - b) «0» - «item não divulgado», quando se verifica a ausência do item no relatório;
 - c) «N.D» - «Não divulgado», quando o relatório não divulga informação acerca de sustentabilidade.

De seguida, calculou-se o Índice de Divulgação, obtendo-se um valor percentual de pontuação para cada ano, para cada unidade de saúde e para cada desempenho. Assim, através da **fórmula 1** calcularam-se quatro índices não ponderados, um para cada dimensão, ou seja, índices de divulgação ambiental (IDA), económico (IDE), social (IDS) e global (IDG).

$$IDA / IDE / IDS / IDG = \frac{\sum \text{valores "1"}}{\text{Total de itens aplicáveis}} \quad (\text{fórmula 1})$$

Onde:

\sum valores “1” = somatório de todos os valores “1” – “item divulgado”;

Total de itens aplicáveis = total de itens constantes da Tabela conforme a categoria do desempenho a calcular.

A pontuação dicotómica ponderada atribui igual importância, peso e valor a cada item, não considerando diferenças de conteúdo. A subjetividade implícita nesta pontuação é um fator a ter em consideração. Contextualizando, o relatório pode conter informação acerca da sustentabilidade, no entanto, essa informação pode ser diminuta. Para ultrapassar essa limitação,

realizou-se o levantamento do número de páginas atribuído ao tema em estudo em cada relatório, apresentado na secção 5.3.4. deste trabalho.

A **tabela 4** apresenta as categorias da grelha de avaliação do desempenho económico utilizada neste estudo. Destaca vários indicadores financeiros e económicos que permitem avaliar a saúde financeira e o desempenho dos grupos em estudo. O propósito da grelha é proporcionar uma estrutura sistemática para avaliar o desempenho económico das entidades em estudo, permitindo uma análise rigorosa e comparativa das suas informações divulgadas ao longo do período examinado.

Tabela 4 Categorias GRI do desempenho económico

DESEMPENHO ECONÓMICO	
CATEGORIAS	Descrição
GRI 201	- DESEMPENHO ECONÓMICO
GRI 202	- PRESENÇA NO MERCADO
GRI 203	- IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS
GRI 204	- PRÁTICAS DE COMPRAS
GRI 205	- COMBATE À CORRUPÇÃO
GRI 206	- CONCORRÊNCIA DESLEAL
GRI 207	- IMPOSTOS

Fonte: Elaboração Própria

Seguindo o mesmo modo de avaliação, foi elaborada uma tabela específica para avaliar o desempenho ambiental e social dos grupos em estudo. Esta abordagem tem como objetivo proporcionar uma análise abrangente e sistemática do impacto das atividades das entidades não apenas no contexto económico, mas também nos domínios ambiental e social. Assim, a **tabela 5**, dedicada ao desempenho ambiental, destaca as categorias relevantes para avaliar o impacto das operações das entidades no ambiente. Estas incluem emissões de gases de efeito estufa, consumo de recursos naturais e práticas de gestão ambiental.

Tabela 5 Categorias GRI do desempenho ambiental

DESEMPENHO AMBIENTAL	
CATEGORIAS	Descrição
GRI 301	- MATERIAIS
GRI 302	- ENERGIA
GRI 303	- ÁGUA E EFLUENTES
GRI 304	- BIODIVERSIDADE
GRI 305	- EMISSÕES
GRI 306	- EFLUENTES E RESÍDUOS
GRI 307	- CONFORMIDADE AMBIENTAL

GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

Fonte: Elaboração Própria

Por sua vez, a **tabela 6**, referente ao desempenho social, aborda métricas relacionadas com práticas de responsabilidade social corporativa, impacto na saúde e segurança dos colaboradores, entre outros aspetos relevantes.

Tabela 6 Categorias GRI do desempenho social

DESEMPENHO SOCIAL	
CATEGORIAS	Descrição
GRI 401	- EMPREGO
GRI 402	- RELAÇÕES DE TRABALHO
GRI 403	- SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO
GRI 404	- FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO
GRI 405	- DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
GRI 406	- NÃO DISCRIMINAÇÃO
GRI 407	- LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA
GRI 408	- TRABALHO INFANTIL
GRI 409	- TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO
GRI 410	- PRÁTICAS DE SEGURANÇA
GRI 411	- DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
GRI 412	- AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
GRI 413	- COMUNIDADES LOCAIS
GRI 414	- AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES
GRI 415	- POLÍTICAS PÚBLICAS
GRI 416	- SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR
GRI 417	- MARKETING E ROTULAGEM
GRI 418	- PRIVACIDADE DO CLIENTE
GRI 419	- CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA

Fonte: Elaboração Própria

Estas tabelas fornecem uma estrutura organizada e comparativa para avaliar o desempenho das entidades em várias dimensões, permitindo uma análise mais abrangente e informada sobre as suas práticas e o impacto na sociedade e no meio ambiente.

5.3. Apresentação e Discussão dos Resultados

5.3.1. Divulgação dos relatórios de sustentabilidade

Neste ponto do estudo, é efetuada uma análise sobre a estratégia adotada pelas empresas na divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade, tanto de forma independente como integrada nos Relatórios e Contas. É de salientar a importância da inclusão da Tabela GRI tanto nos Relatórios de Sustentabilidade como nos Relatórios e Contas, sendo esta última divulgada em anexo, apesar de nem sempre acontecer nos relatórios analisados.

Os resultados da análise da evolução ao longo dos anos, no que diz respeito à divulgação da Informação de Sustentabilidade (IS) por parte das entidades estudadas, estão apresentados na **tabela 7**. Para esta análise, foi considerada a amostra inicial, ou seja, os cinco principais grupos privados de saúde (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

Verifica-se que, nos primeiros anos considerados (2005 a 2017), não ocorreu qualquer divulgação de IS de forma independente. Contudo, entre 2005 e 2011, a percentagem de divulgação integrada manteve-se em torno dos 20%. Esta situação indica uma falta de efetiva consideração da sustentabilidade nas práticas de divulgação durante esse período. Entre 2012 e 2017, a maioria dos grupos optou por não divulgar qualquer tipo de IS, com 60% a não fornecer qualquer dado nesse sentido. Todavia, a partir de 2018, verifica-se uma mudança significativa nesse panorama, com um aumento progressivo na divulgação. Notavelmente, houve um aumento na adoção da IS de forma independente, passando de 0% em 2005 para 60% em 2022, enquanto a percentagem dos grupos que optaram por integrar este tipo de informação nos Relatórios e Contas diminuiu gradualmente ao longo do mesmo período, atingindo 0% em 2022. Este padrão sugere uma crescente conscientização por parte das entidades em relação à importância da divulgação da sustentabilidade de forma independente, refletindo uma maior transparência e compromisso com práticas sustentáveis. No entanto, ainda existe um número significativo de grupos que não fornecem informações de sustentabilidade, destacando a necessidade contínua de incentivar e promover a divulgação de dados nesta área.

Tabela 7 Forma de divulgação das informações de sustentabilidade

INFORMAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
% DE IS INDEPENDENTE		0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	40%	40%	40%	60%
% DE IS INTEGRADA		20%	20%	20%	20%	20%	40%	20%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	20%	20%	20%	20%	0%
SEM INFORMAÇÃO		80%	80%	80%	80%	80%	60%	80%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	60%	40%	40%	40%	40%

5.3.2. Índices de Divulgação

Através das grelhas elaboradas e da análise das informações de sustentabilidade divulgadas pelas entidades em estudo procedeu-se ao cálculo dos índices de divulgação das várias categorias de desempenho para os grupos em análise. Os resultados obtidos (**tabelas 8, 9, 10 e 11**), permitem uma compreensão mais clara do grau de transparência e responsabilidade corporativa demonstrado por cada uma das entidades analisadas.

Desempenho económico

Os dados relativos ao desempenho económico dos grupos CUF, Luz e Lusíadas ao longo do período de 2013 a 2022 (**tabela 8**) revelam uma análise multifacetada sobre o cumprimento dos critérios estabelecidos. É importante distinguir “ND” de “0%”. “ND” indica a ausência de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade, enquanto “0%” indica que houve divulgação, porém, a informação divulgada não corresponde aos indicadores definidos pela GRI.

Tabela 8 Índices de divulgação do desempenho económico dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

DESEMPENHO ECONÓMICO										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	0%	0%	0%	0%	0%	41%	34%	59%	65%	65%
LUZ	0%	0%	0%	0%	0%	0%	16%	0%	0%	24%
LUSÍADAS	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0%	0%	0%	12%
MÉDIA	0%	0%	0%	0%	0%	14%	17%	20%	22%	34%

No que diz respeito à CUF, verifica-se uma evolução gradual ao longo dos anos, atingindo uma percentagem significativa de 65% em 2021, mantendo-se estável nesse patamar em 2022. Este padrão sugere uma consistência e progressão no desempenho económico da empresa ao longo do período em análise.

Por outro lado, o grupo Luz apresenta um quadro distinto, iniciando com 0% de cumprimento nos anos iniciais, crescendo para 16% em 2019 e alcançando 24% em 2022. Apesar deste crescimento, ainda existem margens para melhorias substanciais na divulgação de informações relacionadas ao desempenho económico.

Relativamente ao grupo Lusíadas, os dados não estão disponíveis (ND) para os anos anteriores a 2019. A partir deste ano, a entidade começou o seu relato de sustentabilidade como

cumprimento dos critérios de desempenho económico a atingir 12% em 2022. Não obstante, em comparação com a CUF e a Luz, a Lusíadas revela uma taxa de cumprimento inferior.

A média geral de cumprimento para todas as empresas analisadas permaneceu inicialmente baixa, mas cresceu consistentemente ao longo do tempo, alcançando 34% em 2022. Este facto sugere uma tendência positiva de melhoria no desempenho económico das entidades do setor da saúde em análise.

Desempenho social

Os dados referentes ao desempenho social dos grupos CUF, Luz e Lusíadas durante o período compreendido entre 2013 e 2022 (**tabela 9**) oferecem uma análise abrangente sobre a conformidade com os critérios estabelecidos nesta área.

Tabela 9 Índices de divulgação do desempenho social dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

DESEMPENHO SOCIAL										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	0%	0%	0%	5%	5%	43%	68%	58%	68%	68%
LUZ	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	48%
LUSÍADAS	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0%	3%	3%	38%
MÉDIA	0%	0%	0%	2%	2%	14%	23%	20%	24%	51%

No caso da CUF, nota-se uma progressão gradual ao longo dos anos, com um aumento constante na conformidade com os critérios de desempenho social. Iniciando em 0% nos primeiros anos, a CUF alcançou uma percentagem significativa de 68% em 2019, mantendo-se relativamente estável nesse patamar até 2022.

Por sua vez, o grupo Luz apresenta um padrão distinto, registando 0% de conformidade nos anos iniciais e mantendo-se nesse patamar até 2021, quando ocorre um aumento significativo para 48% em 2022. Esta mudança representa uma evolução notável na divulgação de informações relacionadas ao desempenho social por parte do grupo.

Quanto ao grupo Lusíadas, os dados não estão disponíveis (ND) para os anos anteriores a 2019. A partir desse ano, verifica-se uma ascensão gradual na conformidade com os critérios de desempenho social, atingindo 38% em 2022. No entanto, em comparação com a CUF e a Luz, a Lusíadas revela uma taxa de conformidade relativamente inferior.

A média geral de conformidade para todas as empresas analisadas apresenta uma tendência positiva de crescimento ao longo do período em análise, atingindo 51% em 2022. Este facto sugere um compromisso crescente das entidades do setor da saúde com questões sociais e comunitárias, evidenciado pela divulgação de informações sobre o desempenho social.

Desempenho ambiental

Tal como anteriormente, os dados referentes ao desempenho ambiental dos grupos CUF, Luz e Lusíadas ao longo do período de 2013 a 2022 (**tabela 10**) proporcionam uma análise detalhada da conformidade com os critérios estabelecidos neste domínio.

A CUF evidencia uma progressão consistente ao longo dos anos, com um aumento gradual na sua conformidade com os critérios de desempenho ambiental. Iniciando com 0% nos primeiros anos, a CUF alcançou uma percentagem considerável de 63% em 2021, mantendo-se nesse patamar até 2022.

Tabela 10 Índices de divulgação do desempenho ambiental dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

DESEMPENHO AMBIENTAL										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	0%	0%	0%	22%	22%	31%	38%	44%	63%	63%
LUZ	16%	16%	16%	16%	16%	16%	0%	16%	0%	34%
LUSÍADAS	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0%	6%	0%	31%
MÉDIA	5%	5%	5%	13%	13%	16%	13%	22%	21%	43%

Por sua vez, o grupo Luz apresenta um padrão distinto, mantendo uma conformidade de 16% durante a maior parte do período analisado. Contudo, observou-se uma quebra para 0% em 2019, seguida de um aumento para 34% em 2022, indicando uma mudança significativa na divulgação de informações relacionadas ao desempenho ambiental.

Relativamente ao grupo Lusíadas, os dados não estão disponíveis (ND) para os anos anteriores a 2019. A partir deste ano, verifica-se uma tendência ascendente na conformidade com os critérios de desempenho ambiental, atingindo 31% em 2022. No entanto, em comparação com a CUF e a Luz, a Lusíadas revela uma taxa de conformidade relativamente inferior.

A média geral de conformidade para todas as entidades analisadas apresenta um crescimento positivo ao longo do período em análise, atingindo 43% em 2022. Isso sugere um

compromisso crescente das entidades do setor da saúde com questões ambientais, refletido na divulgação de informações sobre o desempenho neste domínio.

Desempenho global

Por último, os resultados do desempenho global dos grupos CUF, Luz e Lusiadas, ao longo do período de 2013 a 2022 (**Tabela 11**), oferecem uma visão abrangente do compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa.

Tabela 11 Índices de divulgação do desempenho global dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusiadas, Trofa e HPA).

DESEMPENHO GLOBAL										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	0%	0%	0%	10%	10%	38%	36%	53%	65%	65%
LUZ	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	0%	38%
LUSÍADAS	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0%	3%	1%	30%
MÉDIA	2%	2%	2%	5%	5%	15%	14%	21%	22%	44%

A CUF demonstrou uma evolução consistente, partindo de uma percentagem de desempenho global de 0% em 2013 e alcançando uma notável taxa de 65% em 2021, mantendo-se estável em 2022. Este crescimento progressivo evidencia um compromisso contínuo da empresa em melhorar a divulgação das suas práticas em diversas áreas operacionais.

Por sua vez, o grupo Luz manteve uma percentagem constante de desempenho global de 6% na maioria dos anos, com exceção de uma queda em 2021 seguida de uma recuperação para 38% em 2022. Esta resiliência sugere uma capacidade de adaptação e um reforço do compromisso do grupo Luz com o relato de sustentabilidade.

Embora os dados da Lusiadas só estejam disponíveis a partir de 2019, a empresa demonstrou um crescimento gradual ao longo dos anos, atingindo uma percentagem de desempenho global de 30% em 2022. Este avanço reflete o empenho da empresa em alinhar as suas práticas com os padrões de exigência da GRI.

É de salientar que, em 2021, o grupo Luz e Lusiadas evidenciou uma diminuição no nível de divulgação em comparação com o ano anterior. Esta diminuição poderá estar relacionada com a pandemia de Covid-19, um período particularmente desafiador para os hospitais, no qual a

ênfase pode ter sido dada à gestão emergencial da crise, em detrimento da divulgação de informações sobre sustentabilidade.

A média geral do desempenho global para todas as empresas revela uma tendência positiva, passando de 2% em 2013 para 44% em 2022. Estes resultados refletem um esforço conjunto do setor da saúde em Portugal para melhorar a sua *performance* global e contribuir para uma abordagem mais sustentável e responsável. Um estudo recente relativo à sustentabilidade no sistema de saúde do Japão mostrou, também, uma tendência positiva por parte dos grandes hospitais no vínculo de operações à sustentabilidade e à divulgação de informação às partes interessadas (Takeda et al., 2024). Esse estudo alerta, no entanto, para o facto de a maioria dos hospitais estar ainda menos envolvida em atividades de sustentabilidade.

Relativamente à realidade espanhola, em 2020, Peña *et al.*, realizaram uma análise da divulgação de sustentabilidade por parte de hospitais públicos espanhóis. De um modo geral, este estudo revelou um baixo nível de divulgação de informações económicas, sociais e ambientais comparadas com o nível de divulgação em relação a questões gerais. Estes dados sugerem que os hospitais espanhóis tendem a divulgar mais informações acerca de aspetos gerais, seguidos pelas questões de sustentabilidade.

Em concordância, Garzoni *et al.* (2023) demonstraram baixos níveis de divulgação de informação sobre sustentabilidade por parte de instituições de saúde internacionais, especificamente hospitais. Segundo os autores, estes resultados podem ser explicados, por exemplo, por conhecimento limitado desta temática, assim como falta de competências necessárias para análise e consequente comunicação de dados de sustentabilidade. Outra justificação passa por restrições financeiras que não permitam a inclusão de secções nos *websites*/relatórios inteiramente dedicadas a aspetos de sustentabilidade. Assim, salienta-se a importância de os hospitais proporcionarem atividades de formação para gestores e funcionários acerca da temática da sustentabilidade. Além disso, os hospitais devem criar um maior clima de diálogo com as partes interessadas para compreender as suas necessidades de informação sobre sustentabilidade e adaptar as suas estratégias de divulgação de sustentabilidade.

Ainda no mesmo estudo, outra justificação indicada para a limitada informação relativa a sustentabilidade passa pela ausência de recomendações e diretrizes claras para a divulgação desta temática (Garzoni et al., 2023). Assim, no âmbito deste trabalho, pode-se questionar se o nível de divulgação de informação relacionada com a sustentabilidade se relaciona com a

disponibilização de informação com base em recomendações e diretrizes claras. A análise do relato de sustentabilidade divulgado pelos grupos de saúde privados portugueses, em particular a decorrente da elaboração do índice de divulgação global, permite inferir que o Grupo CUF se distingue dos demais em relação à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade (Figura 4). Em seguida, o Grupo Luz demonstra um nível significativo de divulgação, enquanto o Grupo Lusíadas fica em último lugar nesse aspeto. Sabe-se que a CUF foi o grupo de saúde privado que disponibilizou sempre os relatórios de acordo com as diretrizes GRI (todos os anos em estudo), seguido pelo grupo Luz (desde 2015 até 2022), com o grupo Lusíadas em último (apenas no último ano).

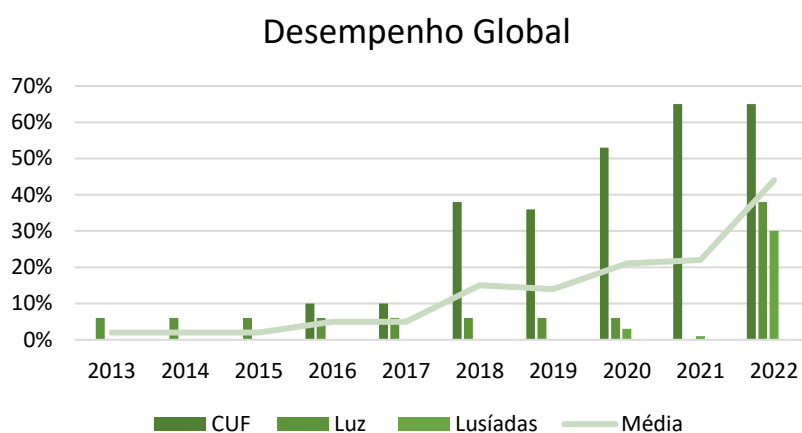


Figura 4 Índices de divulgação do desempenho global dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA)

Assim, pode-se inferir que os relatórios elaborados conforme as diretrizes da GRI obtiveram um nível de divulgação de sustentabilidade superior comparativamente aos relatórios que não seguiram nenhuma estrutura específica. Estes dados corroboram os encontrados na literatura para a divulgação de sustentabilidade por parte de hospitais públicos espanhóis. Peña et al. concluíram que os hospitais que elaboraram os relatórios de acordo com as diretrizes GRI tiveram, em média, um melhor nível de divulgação de sustentabilidade do que aqueles hospitais que fizeram os relatórios de acordo com outros *frameworks*/estruturas. Além disso, sugerem que os hospitais espanhóis que revelaram mais informações relativas à sustentabilidade são movidos pelas razões de legitimidade e satisfação das necessidades de informação das partes interessadas. O presente estudo não abordou os motivos que levaram os grupos privados de saúde a relatar sobre sustentabilidade. No entanto, seria interessante realizar uma investigação adicional nesse sentido, considerando que a motivação poderá residir na legitimação perante os principais *stakeholders*.

5.3.3. Evolução dos Índices de Divulgação

Seguiu-se a análise da evolução dos índices de divulgação para o período em estudo (2013 a 2022), no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social dos grupos analisados (ver **Figura 5**). Entre 2013 e 2017, os valores de desempenho económico e social mantiveram-se consistentemente baixos, com 0% de cumprimento, indicando uma possível falta de divulgação desses aspetos por parte das entidades. Porém, a partir de 2018, nota-se um aumento progressivo no cumprimento dos indicadores de desempenho económico, atingindo 34% em 2022, e dos indicadores de desempenho social, atingindo 51% no mesmo ano (ver **tabela A5 no apêndice V**). Este crescimento sugere uma maior preocupação e divulgação das práticas económicas e sociais destas entidades ao longo do tempo.

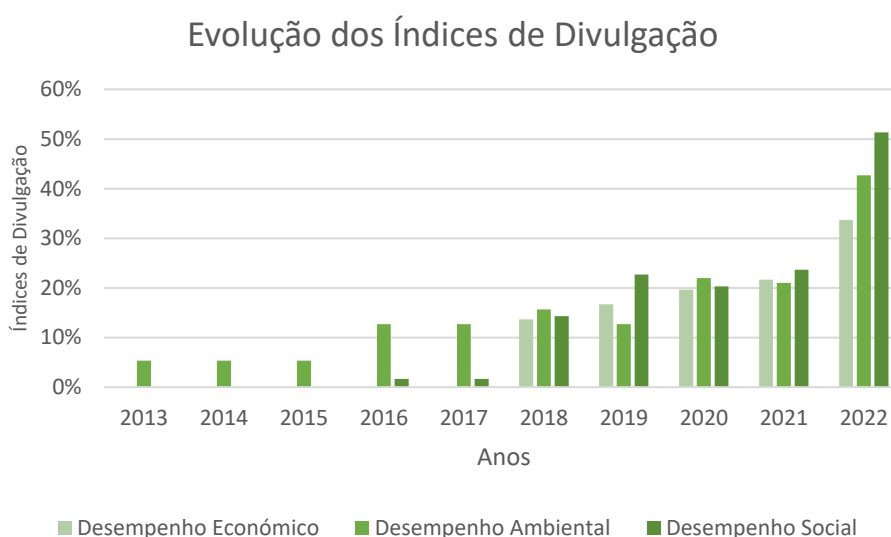


Figura 5 Evolução dos índices de divulgação dos desempenhos económico, social e ambiental dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

Quanto ao desempenho ambiental, observa-se um padrão diferente. Embora tenha ocorrido uma melhoria gradual ao longo dos anos, com o cumprimento a passar de 5% em 2013 para 43% em 2022, os valores permaneceram consistentemente mais baixos do que os do desempenho económico e social. Isso pode indicar que os hospitais privados em análise ainda estão em processo de desenvolvimento e divulgação das suas práticas ambientais, ou que a prioridade dada a essas questões é menor em comparação aos aspetos económicos e sociais.

5.3.4. Número de páginas dedicadas à sustentabilidade

Tal como previamente referido, os índices de divulgação calcularam-se recorrendo a uma pontuação dicotómica. Como alternativa para ultrapassar a subjetividade subjacente a essa pontuação, realizou-se o levantamento do número total de páginas relativas à sustentabilidade dos relatórios analisados, independentemente de se tratar do Relatórios e Contas, Relatórios Integrados ou Relatórios de Sustentabilidade.

Os dados apresentados de seguida, na **figura 6**, mostram a evolução do número de páginas dedicadas exclusivamente à sustentabilidade nos relatórios ao longo dos anos de 2013 a 2022 para os três grupos privados de saúde: CUF, Luz e Lusíadas.



Figura 6 Evolução do número de páginas dedicadas à sustentabilidade nos relatórios dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusíadas, Trofa e HPA).

Nos dados mais recentes, o número de páginas dedicadas à sustentabilidade é crescente, sendo superior a 75 nos grupos Luz (127 páginas), Lusíadas (98 páginas) e CUF (77 páginas) (ver **tabela A6 no apêndice VI**). É possível observar uma tendência de aumento significativo no número de páginas dedicadas à sustentabilidade ao longo dos anos para todas os grupos em análise, sinónimo quer da divulgação de mais informação quer de maior detalhe na divulgação. Na CUF, por exemplo, o número de páginas aumentou de 10 em 2013 para 77 em 2022, representando um aumento substancial na informação divulgada sobre as práticas sustentáveis adotadas pelo grupo. De maneira similar, os grupos Luz e Lusíadas também registaram um aumento significativo

no número de páginas dedicadas à sustentabilidade, com picos observados em 2022, com 127 páginas para Luz e 98 páginas para Lusiadas.

Este aumento pode refletir o crescente reconhecimento da importância da sustentabilidade nas operações empresariais e a necessidade de transparência na divulgação das práticas sustentáveis implementadas pelas entidades. Além disso, demonstra o compromisso em comunicar iniciativas sustentáveis e os impactos no meio ambiente e na sociedade ao longo do tempo. Um exemplo desse esforço é a criação do Gabinete de Sustentabilidade no Grupo Luz em 2022. Esta medida poderá ter conduzido ao aumento do número de páginas dedicadas à sustentabilidade verificadas nesse ano no Grupo Luz.

5.3.5. A Gestão de Resíduos Hospitalares: Uma Análise Comparativa nos Relatórios de Sustentabilidade de 2022

Embora a análise do número de páginas dedicadas à sustentabilidade ao longo dos anos seja uma forma de ultrapassar a subjetividade, é importante ter em consideração diversas variáveis. Entre as quais, pode-se realçar a variação na qualidade do conteúdo, assim como na forma como o mesmo é divulgado, que cada vez mais é complementado com a utilização de elementos visuais, como gráficos e tabelas.

Para realizar a análise mencionada foram recolhidas informações dos relatórios dos grupos referentes aos anos de 2022, 2017 e 2012. A escolha recaiu sobre a análise das informações divulgadas acerca dos resíduos no contexto hospitalar. Esta análise permite uma compreensão mais profunda das práticas de gestão de resíduos adotadas pelos grupos, bem como uma avaliação da sua consistência e melhoria ao longo dos anos. A abordagem centrada nos resíduos hospitalares é crucial dada a sua relevância para a saúde pública e ambiental, além de refletir o compromisso das organizações com a sustentabilidade e a responsabilidade social corporativa. A comparação dos dados ao longo desses três períodos permite identificar tendências, lacunas e áreas de melhoria. Relativamente ao Grupo Lusiadas, devido à disponibilidade limitada de informações, apenas são apresentados dados referentes aos anos de 2019 e 2022. Esta abordagem visa permitir uma comparação de detalhe e evolução das informações divulgadas entre os anos selecionados, seguindo o mesmo critério aplicado aos restantes grupos em estudo.

Adicionalmente, e tendo como objetivo comparar a evolução da qualidade da informação divulgada pelos grupos de saúde privados portugueses em estudo, procedeu-se à comparação desta informação com a divulgada pelo Grupo Fleury. XXXX.

O Grupo Fleury é uma das principais empresas do setor de saúde brasileira fundada em 1926, especializada em serviços médicos e medicina diagnóstica. A sua escolha como exemplo deve-se ao reconhecimento obtido, sendo premiado como uma das melhores empresas na área de saúde (prémio "Melhores do ESG" da revista Exame). Além disso, mantém-se na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde 2014 e integra a carteira do *Dow Jones Sustainability Index - Emerging Markets*. É, ainda, de salientar que o Grupo Fleury reafirma o seu compromisso com o Pacto Global da ONU desde 2014, demonstrando preocupação com as questões de sustentabilidade e responsabilidade corporativa. Essas credenciais reforçam a posição do Grupo Fleury como uma referência no setor de saúde em termos de práticas sustentáveis e compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela comunidade global.

5.3.5.1. Evolução ao longo dos anos

A qualidade e o detalhe da informação divulgada acerca da gestão de resíduos hospitalares têm melhorado ao longo dos anos, nos grupos CUF, Luz Saúde e Lusíadas.

Grupo José de Mello - CUF

No que concerne à CUF, em 2012, o relatório de contas indica, na sua página 31, que as unidades da José de Mello Saúde procediam à separação de todos os resíduos produzidos, garantindo o seu transporte, tratamento e eliminação (Grupo José de Mello Saúde, 2012). Embora esta informação proporcionasse uma visão geral das práticas de gestão de resíduos à época, não incluía dados específicos sobre a quantidade ou destino dos resíduos. Em 2017, a empresa avançou na divulgação de informações conforme a GRI 306-2, salientando que monitorizava os seus consumos de energia, água e resíduos hospitalares. Referia-se no Relatório Integrado que “A José de Mello Saúde monitoriza de forma sistemática os consumos de energia, água e resíduos hospitalares de cada uma das suas unidades.” (Grupo José de Mello Saúde, 2017, p. 51). Em 2022, observa-se uma evolução significativa na divulgação de dados mais detalhados sobre a gestão de resíduos (**figura 7**). Contudo, os relatórios não forneciam detalhes específicos sobre a quantidade ou tipo de resíduos gerados e tratados, apenas relativos aos resíduos acumulados perigosos (**Figura 8**).

Os relatórios apresentam dados específicos para os resíduos perigosos e não perigosos, bem como detalhes sobre os processos de valorização e eliminação de resíduos.

2022 - GRI 306-1 | 306-2 | 306-3 | 306-4 | 306-5

Resíduos perigosos (t)		2020	2021	2022
Resíduos Grupo III	Gerados	722 252,50	787 918,10	790 448,38
	Destinados para op. valorização	0,00	0,00	0,00
	Destinados para op. eliminação	722 252,50	787 918,10	790 448,38
Resíduos Grupo IV	Gerados	47 320,83	56 812,98	60 332,67
	Destinados para op. valorização	0,00	0,00	0,00
	Destinados para op. eliminação	47 320,83	56 812,98	60 332,67
Total de resíduos perigosos (t)	Gerados	769 573,33	844 731,08	850 781,05
	Destinados para op. valorização	0,00	0,00	0,00
	Destinados para op. eliminação	769 573,33	844 731,08	850 781,05

Resíduos não perigosos (t)		2020	2021	2022
Total de resíduos não perigosos (t)	Gerados	1 162 654,10	1 418 940,16	1 571 101,63
	Destinados para op. valorização	224 344,50	385 800,85	393 015,61
	Destinados para op. eliminação	938 309,60	1 033 139,31	1 178 086,02

Resíduos perigosos destinados a operações de eliminação (t)		2020	2021	2022
Confinamento em aterro		0,007	0,008	0
outras operações de eliminação		769,566	844,724	850,781

Resíduos não perigosos destinados a operações de eliminação (t)		2020	2021	2022
Confinamento em aterro		56,640	62,364	87,310
outras operações de eliminação		43,546	47,947	58,495

Resíduos não perigosos destinados a operações de valorização (t)		2020	2021	2022
Confinamento em aterro		224,345	385,801	393 016

Figura 7 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo CUF em 2022.

Fonte: (CUF, 2022, p 37-40)

Capital Natural			
	2015	2016	2017
Consumo de Eletricidade (MWh)	46.406	48.120	50.185
Intensidade Energética (kgep/ m ²)	47	49	45
Consumo de Água (m ³)	323.716	349.342	368.392
Consumo de Gás Natural (MWh)	25.632	25.757	22.873
Emissões de CO ₂ (ton)	21.108	25.838	21.334
Resíduos Acumulados Perigosos (ton)	1.113	1.209	1.252

Figura 8 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo CUF em 2017.

Fonte: (Grupo José de Mello Saúde, 2017, p. 8)

Grupo Luz

Relativamente ao grupo Luz Saúde, em 2012, os relatórios destacaram, principalmente, o cumprimento das normas e diretrizes legais, assim como a realização de sessões de formação para os colaboradores sobre os processos de separação e tratamento dos resíduos hospitalares. Apesar de existir uma preocupação inicial com a conformidade legal e a sensibilização dos funcionários ao desencadear “sessões de formação sobre processos de separação e tratamento dos vários tipos de resíduos hospitalares”, a divulgação de dados quantitativos específicos sobre a produção e gestão de resíduos foi limitada (Relatório e Contas Espírito Santo Saúde, 2012, p.22).

Por outro lado, em 2017 e em 2022, a Luz Saúde avançou na divulgação de informações, fornecendo uma análise mais detalhada da produção de resíduos hospitalares, incluindo valores específicos para os resíduos perigosos e não perigosos, bem como o total de resíduos produzidos (Figuras 9 e 10). Além disso, os relatórios apresentaram variações percentuais em relação aos anos anteriores, demonstrando uma preocupação crescente com a transparência e a prestação de contas na gestão de resíduos. Em 2017, foi divulgada a seguinte evolução dos resíduos hospitalares produzidos:

A variação da produção de resíduos totais a nível de Grupo foi de +4,7% (+ 10,6% a nível de unidades privadas e -2,94% no Hospital Beatriz Ângelo).

A variação da produção dos resíduos “perigosos” foi de +7% a nível de Grupo (+ 10% nas unidades privadas e +2,4% no Hospital Beatriz Ângelo).

A variação de produção dos resíduos considerados “não perigosos” foi de +4% a nível de Grupo (+ 10,7% nas unidades privadas e -4,4% no Hospital Beatriz Ângelo).

A variação na produção total de resíduos no Hospital Beatriz Ângelo (-2,94%) não se afasta muito da variação de produção ocorrida, sendo de notar uma redução na taxa de variação dos resíduos não perigosos (-4,4%), que pode estar relacionada com a certificação ambiental ISO 14001 em vigor desde 2013).

A variação de resíduos nas unidades privadas do Grupo apresenta valores superiores aos da variação de produção hospitalar ocorrida. (Grupo Luz Saúde, 2017, p.191 e 192)

Já em relação ao ano de 2022, é referido no Relatório de Sustentabilidade que foram produzidas “cerca de 1,4 mil toneladas de resíduos no total das unidades Luz Saúde, o que representa uma redução de cerca de 3% e de 11% face a 2021 no que se refere ao Grupo III e IV, respetivamente. Os resíduos não perigosos – resíduos sólidos urbanos (RSU), papel, plástico e vidro – correspondem a cerca de 61,4% da totalidade de resíduos produzidos, enquanto os perigosos (grupo III e grupo IV) representam 38,6%.” (Grupo Luz Saúde, 2017, p. 77)



Figura 9 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Luz em 2022.

Fonte: (Grupo Luz Saúde, 2022, p. 76)

Resíduos Hospitalares (ton)			
Perigosos	874	935	7,0%
Não Perigosos	2 937	3 054	4,0%
Total resíduos	3 811	3 989	4,7%

Figura 10 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Luz em 2017.

Fonte: (Grupo Luz Saúde, 2017, p.189)

Grupo Lusíadas

No que respeita ao grupo Lusíadas, no ano de 2019, enfatizou-se a implementação de um programa abrangente direcionado ao desenvolvimento de soluções e medidas destinadas a aprimorar o desempenho energético e hídrico dos seus edifícios, abrangendo igualmente a gestão de resíduos. Refere-se, no Relatório de Sustentabilidade Lusíadas (2019, p. 26), que “A Lusíadas Saúde para poder fazer face ao elevado consumo energético que caracteriza o setor da saúde, criou um programa alargado a todas as unidades para o desenvolvimento de novas soluções e medidas, tendo em vista o alcance de melhorias significativas no desempenho energético e hídrico dos seus edifícios e, assim, ao nível da gestão dos resíduos.”. Este destaque sugere uma preocupação inicial

com a sustentabilidade e a eficiência operacional da organização, contudo não foram divulgados dados específicos sobre a produção e gestão de resíduos. Por outro lado, em 2022, verifica-se a divulgação de dados mais pormenorizados sobre a gestão de resíduos. O relatório apresentou números específicos relativos aos resíduos perigosos e não perigosos, assim como detalhes referentes aos processos de valorização e eliminação de resíduos (**Figura 11**). Além disso, destaca-se a percentagem de resíduos valorizados, demonstrando um compromisso crescente com a redução do impacto ambiental e a promoção da sustentabilidade.

2022 – GRI 306-1 | 306-2 | 306-3

	2022
Resíduos perigosos (t)	731,9
Valorização (t) - total	7,35
Eliminação (t) - total	724,57
Resíduos não perigosos (t)	996,8
Valorização (t) - total	391,17
Eliminação (t) - total	605,63
Resíduos produzidos totais (t)	1 729
Valorização (t)	398,52
Eliminação (t)	1 330,20
% de resíduos valorizados	23,1 %

* Parte dos resíduos produzidos pela organização, nomeadamente papel, plástico e vidro com destino à valorização (reciclagem), produzidos em unidades/instalações inseridas em estruturas comerciais independentes ou com baixa produção de resíduos, não foram contabilizados por ausência de informação relativamente às quantidades produzidas, uma vez que são geridos por entidades municipais.

Figura 11 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Lusiadas em 2022.

Fonte: (Grupo Lusiadas Saúde, 2022, p. 86)

Ao longo dos anos, os grupos em estudo não só progrediram em termos de conteúdo, mas também na forma de divulgação. Inicialmente, a informação era principalmente qualitativa e divulgada através de texto. Com o tempo, houve uma transição para uma maior quantificação da informação, sendo esta cada vez mais apresentada através de tabelas e gráficos. Esta melhoria na qualidade da informação divulgada reflete um refinamento na abordagem adotada pelos diversos grupos em relação à gestão de resíduos ao longo do tempo. Tal evidência sugere uma maturação na compreensão da importância da responsabilidade ambiental e na prestação de informações transparentes e completas aos seus *stakeholders*.

5.3.5.2. Análise Comparativa dos Grupos

Ao analisarmos os dados divulgados pelos grupos Luz Saúde, Lusíadas Saúde e CUF relativos à gestão de resíduos, é possível identificar diferentes abordagens na apresentação dessas informações.

As informações disponibilizadas pelo Grupo CUF no ano de 2022 revelam um maior compromisso com a transparência e responsabilidade ambiental no que concerne à gestão de resíduos. A distinção meticulosa entre resíduos perigosos e não perigosos, bem como a especificação clara das operações de eliminação e valorização às quais foram direcionados, refletem uma abordagem diligente e transparente. Tal divulgação detalhada possibilita uma compreensão precisa das práticas de gestão de resíduos adotadas pelo grupo, evidenciando um esforço consciente para assegurar uma abordagem sustentável e apropriada no tratamento dos resíduos hospitalares.

O Grupo Luz Saúde, no ano de 2022, disponibilizou uma análise pormenorizada da quantidade total de resíduos gerados, destacando uma redução percentual em relação ao ano anterior. Além disso, discriminou entre resíduos perigosos e não perigosos, evidenciando a proporção de cada categoria. Tal enfoque proporciona uma compreensão clara da evolução temporal da produção de resíduos e da sua composição.

Por outro lado, o Grupo Lusíadas Saúde, também no ano de 2022, apresentou dados específicos sobre a quantidade de resíduos perigosos e não perigosos produzidos, bem como detalhou os processos de valorização e eliminação desses resíduos. Destacou-se ainda a percentagem de resíduos sujeitos a valorização, demonstrando um compromisso com a sustentabilidade e a mitigação do impacto ambiental.

É possível observar que os grupos CUF e Lusíadas Saúde adotaram uma abordagem mais transparente e detalhada na divulgação de informações sobre gestão de resíduos, ao passo que o Grupo Luz Saúde poderia melhorar nesse aspeto, fornecendo dados ainda mais específicos e abrangentes sobre suas práticas de gestão de resíduos. Outro facto que distingue a CUF dos restantes grupos é o fornecimento de dados ao longo de três anos consecutivos, ao passo que os demais apenas disponibilizam informações referentes ao ano em análise. Essa prática ressalta o compromisso da CUF com a transparência e a prestação de contas, permitindo uma análise mais abrangente e a comparabilidade ao longo do tempo.

Enquanto a maioria dos grupos se limita a fornecer informações gerais sobre a quantidade total de resíduos gerados, este grupo oferece uma divisão minuciosa entre resíduos perigosos e não perigosos, além de especificar os tipos de resíduos dentro de cada categoria (Figura 12 e 13). Além disso, a divulgação das quantidades de resíduos direcionadas para as diferentes formas de disposição ou descarte proporciona uma visão mais clara das práticas de gestão de resíduos adotadas pela entidade. Isso inclui detalhes sobre a incineração de resíduos perigosos, o encaminhamento para aterros e outras operações de disposição, bem como a reciclagem de resíduos não perigosos.

Grupo Fleury

2022 - GRI 306-1 | 306-2 | 306-3 | 306-5

Resíduos gerados anualmente*

	2019	2020	2021*	2022
Peso (Kg)	2.018.453,92	1.639.426,57	1.877.066,28**	2.060.570,00
Percentual da operação coberta	96%	88%	91%	74,6%

*Devido a erros durante a consolidação, os dados de resíduos de 2021 foram corrigidos.

**Dado corrigido por motivos de erro durante a sua consolidação.

Resíduos não perigosos gerados (toneladas)

Tipo de resíduo	2020	2021	2022
Resíduo reciclável	264,54	274,52	288,20
Resíduo comum	708,84	875,45	932,54
TOTAL	973,38	1.149,97	1.220,74

Resíduos perigosos gerados (toneladas)

Tipo de resíduos	2021	2022
Infectante	644,23*	708,63
Radioativo	7,57	9,58
Químico	75,29	121,62
TOTAL	756,89	839,83

Figura 12 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Fleury em 2022.
(a)

Fonte: (Grupo Fleury, 2023, p. 105)

Resíduos direcionados para disposição ou descarte (toneladas)*

	2021	2022
Pesos de resíduos perigosos incinerados (sem recuperação de energia)		
Resíduos incinerados no local	0	0
Resíduos incinerados fora do local	89,79	134,68
TOTAL	89,79	134,68
Peso de resíduos perigosos destinados a aterros		
Resíduos destinados a aterros no local	0	0
Resíduos destinados a aterros fora do local	1,64	1,13
TOTAL	1,64	1,13
Peso de resíduos perigosos destinados a outras operações de disposição**		
No local	71,74	29,35
Fora do local	593,73	674,68
TOTAL	665,47	704,03
Peso de resíduos não perigosos destinados a aterros		
Resíduos destinados a aterros locais	0	0
Resíduos destinados a aterros fora do local	875,45	932,54
TOTAL	875,45	932,54
Peso de resíduos não-perigosos destinados a reciclagem		
No local	0	0
Fora do local	274,52	288,2
TOTAL	274,52	288,2

Figura 13 Informação divulgada sobre o indicador: resíduos do desempenho ambiental pelo Grupo Fleury em 2022. (b)

Fonte: (Grupo Fleury, 2023, p. 105)

Portanto, o Grupo Fleury destaca-se pelo nível de transparência e detalhe na divulgação das práticas de gestão de resíduos, fornecendo informações que possibilitam uma análise mais aprofundada das suas operações e do seu impacto ambiental. Nesse sentido, tanto o Grupo CUF, Luz como Lusíadas têm espaço para melhorias, podendo divulgar informações adicionais.

6. CONCLUSÃO

6.1. Principais Conclusões

Este estudo teve como desígnio contribuir para a compreensão da evolução do relato não financeiro, através da análise do relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal. Pretendeu-se, desta forma, aprofundar o conhecimento sobre as práticas destes grupos e o seu impacto na sustentabilidade.

A saúde em Portugal revela um substancial potencial de crescimento, especialmente no que concerne à hospitalização privada, a qual detém uma presença notável no panorama do Sistema de Saúde Português (Pereira et al., 2013). Os grupos privados que operam no setor da saúde assumem-se, atualmente, como elementos essenciais na prestação de cuidados de saúde e serviços hospitalares, bem como na promoção da inovação terapêutica (Mendes & André, 2017). Frequentemente, representam o primeiro e o mais imediato ponto de contacto para os utentes quando confrontados com questões de saúde, sendo responsáveis por uma significativa proporção dos cuidados de saúde fornecidos em Portugal (Mendes & André, 2017; Gaspar, 2023). Ainda que as preocupações com a sustentabilidade hospitalar tenham sido, durante muito tempo, centradas, principalmente, em aspetos financeiros, é inegável a contribuição significativa dos hospitais para o esgotamento dos recursos naturais e as alterações ambientais, como destacado por Mcgain & Naylor (2014) e Fischer (2015).

Nesse sentido, pretende-se dar resposta à seguinte questão de investigação: Como se caracteriza o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal?

Para tal, procedeu-se ao cálculo do índice de divulgação em relação às dimensões económica, social e ambiental. Num primeiro momento, foram analisados os referenciais adotados pelos grupos privados de saúde na divulgação de informação sobre sustentabilidade, seguido do cálculo do grau de divulgação através do Índice de Divulgação. O Índice de Divulgação foi, então, calculado para as três dimensões e para o desempenho global, no período de 2013 a 2022, com o objetivo de obter conclusões abrangentes. Adicionalmente, para mitigar as limitações da pontuação dicotómica ponderada, realizou-se um levantamento do número de páginas dedicadas à sustentabilidade em cada relatório. Finalmente, foi levada a cabo uma análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade de 2022, focada na gestão de resíduos hospitalares, permitindo não só avaliar a evolução da qualidade das informações divulgadas ao longo do tempo, como também compará-la entre os diferentes grupos em análise e um grupo de referência - o Grupo Fleury.

A análise revelou uma evolução na divulgação da Informação de Sustentabilidade pelos principais grupos privados de saúde em Portugal ao longo do período estudado. Inicialmente limitada, a divulgação aumentou a partir de 2018, tendo-se verificado mais grupos a optar por divulgar de forma independente. Além disso, a análise do número de páginas dedicadas à sustentabilidade nos relatórios desses grupos, entre 2013 e 2022, revelou um aumento significativo, refletindo uma maior conscientização sobre a importância da transparência e do compromisso com as práticas sustentáveis. Contudo, alguns grupos, como é o caso do grupo Trofa Saúde e dos Hospitais Particulares do Algarve, continuam a não fornecer informações de sustentabilidade.

Demonstrou ainda um desenvolvimento gradual e positivo no cumprimento dos critérios do desempenho económico, social e ambiental ao longo dos anos estudados para os grupos CUF, Luz e Lusíadas. Embora cada grupo tenha apresentado abordagens individuais no seu desenvolvimento, observa-se, de uma forma geral, um compromisso em melhorar a divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade. No entanto, persistem áreas onde a conformidade ainda é baixa, revelando que existe margem para melhorias. A média geral do desempenho global aponta para uma direção positiva, refletindo um progresso consistente em direção a práticas mais sustentáveis.

Relativamente à análise dos Índices de Divulgação entre 2013 e 2022, esta revelou uma melhoria no cumprimento dos indicadores pelos grupos estudados. Inicialmente, os valores de desempenho económico e social foram baixos, sugerindo uma possível falta de divulgação nessas áreas. Todavia, a partir de 2018, houve um aumento progressivo no cumprimento desses indicadores, evidenciando uma maior preocupação com as práticas económicas e sociais ao longo do tempo. Em contraste, embora tenha ocorrido uma melhoria gradual no desempenho ambiental, os valores permaneceram consistentemente mais baixos, indicando possíveis desafios ou menor prioridade dada a essas questões. Os resultados sugerem uma evolução positiva na divulgação das práticas de sustentabilidade pelos hospitais privados, mas também apontam para a necessidade contínua de melhorias, especialmente no âmbito ambiental.

Por fim, a análise em profundidade relativamente à gestão de resíduos hospitalares revelou uma melhoria progressiva na informação divulgada ao longo dos anos. Observa-se uma maior transparência por parte dos grupos, refletida na divulgação crescente de informações específicas. Para além disso, constatou-se que, inicialmente, a informação era apresentada em formato de

texto, mas, ao longo dos anos, houve uma transição para a utilização de tabelas como meio de divulgação. Não obstante, observa-se uma variação na qualidade da informação entre os diferentes grupos analisados e, em comparação com o grupo referência, todos os grupos privados de saúde em estudo têm margem para melhorar.

Deste modo, poder-se-á concluir que o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde que operam em Portugal apresenta uma variedade de práticas e estratégias para tratar questões económicas, sociais e ambientais. Estes relatórios destacam frequentemente os esforços das organizações de saúde em áreas como sustentabilidade ambiental e responsabilidade social corporativa. Porém, a extensão e o detalhe do relato variam entre os grupos em análise, o que acaba por se refletir em diferentes abordagens de comunicação sobre sustentabilidade, realçando a importância da implementação de normas obrigatórias.

6.2. Contribuições do Estudo

As conclusões do estudo sobre o relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde em Portugal oferecem contribuições para o avanço do entendimento e da prática da sustentabilidade neste contexto específico.

Primeiramente, fornecem uma análise abrangente da conformidade e eficácia do relato de sustentabilidade dessas organizações, evidenciando áreas de destaque e oportunidades de aprimoramento. Essa avaliação é fundamental para aferir a transparência e a responsabilidade desses grupos perante as partes interessadas e a sociedade em geral.

Além disso, a investigação possibilitou a identificação de tendências e padrões no relato de sustentabilidade dos grupos privados de saúde, o que contribui para uma compreensão mais aprofundada das práticas predominantes neste setor. Esta análise permitiu, ainda, avaliar os esforços empreendidos pelas organizações de saúde e a sua preparação para dar resposta às novas regulamentações. Este conhecimento é crucial para orientar as estratégias futuras das organizações e para promover uma maior transparência e responsabilidade no setor da saúde privado.

Em suma, o estudo pode despertar a consciencialização sobre a importância do relato de sustentabilidade no setor de saúde privado e promover uma cultura de transparência e responsabilidade entre esses grupos.

6.3. Limitações

O presente estudo enfrenta várias limitações que devem ser consideradas ao interpretar os resultados. Em primeiro lugar, o Índice de Divulgação utilizado na investigação avalia apenas a quantidade de informação divulgada, não considerando o conteúdo e a qualidade da mesma. Tal facto pode distorcer a perceção real do nível de transparência e da prestação de contas das organizações analisadas. Apesar de ter sido analisada a qualidade da informação divulgada para um dos indicadores (gestão dos resíduos hospitalares), os resultados obtidos não se podem generalizar para os restantes.

Adicionalmente, o estudo centra-se exclusivamente em cinco grupos privados de saúde, seleccionados com base em critérios específicos. Esta seleção pode não ser representativa do setor de saúde como um todo, sobretudo considerando a exclusão de organizações do setor público e de outras áreas da saúde. Consequentemente, os resultados obtidos podem não ser aplicáveis a todo o setor de saúde.

Outra limitação significativa reside no facto de que o tipo de divulgação, quer seja essencial ou abrangente, nem sempre ter sido especificado nos relatórios analisados. Esta falta de informação impede uma análise mais aprofundada da extensão e do detalhe das informações fornecidas pelas organizações. A ausência de normas obrigatórias para a divulgação de informações de saúde também dificulta a análise. Sem diretrizes claras e *standardizadas*, as organizações podem adotar diversas abordagens para a divulgação de informações de sustentabilidade, tornando difícil comparar e avaliar consistentemente o desempenho de cada uma.

Por fim, é relevante notar que nem todos os grupos privados de saúde da população divulgam informações de sustentabilidade, o que cria lacunas nos dados disponíveis para análise, podendo afetar a precisão e a abrangência das conclusões do estudo.

6.4. Pistas para investigação futura

Com a implementação da Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Empresarial, que entrou em vigor em janeiro de 2023, e das normas comuns obrigatórias do EFRAG, surgem várias oportunidades para investigações futuras nesta área. Uma área promissora é a análise da resposta dos grupos privados de saúde as novas exigências legais, avaliando em que medida estão a

cumprir os requisitos da divulgação de informação de sustentabilidade e a adotar práticas sustentáveis. Além disso, comparar o desempenho e as abordagens entre o setor privado e o setor público de saúde pode fornecer *insights* valiosos sobre as diferenças e semelhanças entre eles. Outra linha de investigação interessante seria avaliar o impacto dessas regulamentações no desempenho sustentável das organizações de saúde, analisando tendências ao longo do tempo e identificando os benefícios e desafios enfrentados. Por fim, é importante explorar como as práticas sustentáveis adotadas pelos grupos privados de saúde influenciam a eficiência operacional, a qualidade dos cuidados e a satisfação dos pacientes, fornecendo evidências tangíveis sobre os benefícios da sustentabilidade no setor da saúde. Essas investigações futuras têm o potencial de contribuir significativamente para o avanço do conhecimento e para a promoção de práticas mais sustentáveis no setor de saúde em Portugal.

7. APÊNDICES

Apêndice I

GRUPO	UNIDADES DO GRUPO
GRUPO LUZ SAÚDE	Hospital da Luz Clínica de Águeda Hospital da Luz Clínica da Amadora Hospital da Luz Clínica de Amarante Hospital da Luz Arrábida Hospital da Luz Aveiro Hospital da Luz Clínica do Caniço Hospital da Luz Clínica de Cantanhede Hospital da Luz Clínica de Cerveira Hospital da Luz Coimbra Hospital da Luz Clínica da Covilhã Hospital da Misericórdia de Évora Hospital da Luz Clínica da Figueira da Foz Hospital da Luz Funchal Hospital da Luz Guimarães Hospital da Luz Lisboa Hospital da Luz Clínica Luísa Todi Hospital da Luz Clínica de Odivelas Hospital da Luz Oeiras Hospital da Luz Oiã Hospital da Luz Clínica de Pombal Hospital da Luz Clínica do Porto Hospital da Luz Póvoa de Varzim Hospital da Luz Clínica Santa Maria da Feira Hospital da Luz Setúbal Hospital da Luz Clínica da Solum Hospital da Luz Torres de Lisboa Hospital da Luz Vila Real Hospital do Mar Lisboa Casas da Cidade Residências Sénior Lisboa
GRUPO LUSÍADAS SAÚDE	Hospital Lusíadas Braga Hospital Lusíadas Porto Clínica Lusíadas Gaia Hospital Lusíadas Lisboa Lusíadas Dental Amoreiras Clínica Lusíadas Almada Hospital Lusíadas Amadora Clínica Lusíadas Oriente Hospital Lusíadas Albufeira Hospital Lusíadas Vilamoura Clínica Lusíadas Faro Clínica Lusíadas Forum Algarve
	Clínica CUF Almada Clínica CUF Alvalade Clínica CUF Barreiro Clínica CUF Belém

<p>GRUPO JOSÉ DE MELLO - CUF</p>	<p>Clínica CUF Medicina Dentária Braamcamp Hospital CUF Cascais Hospital CUF Coimbra Hospital CUF Descobertas Clínica CUF Leiria Clínica CUF Mafra Clínica CUF Miraflores Clínica CUF Montijo Clínica CUF Nova SBE - Carcavelos Hospital CUF Porto Instituto CUF Porto Clínica CUF S. Domingos de Rana Clínica CUF S. João da Madeira Clínica CUF Medicina Dentária Santarém Hospital CUF Santarém Hospital CUF Sintra Hospital CUF Tejo Hospital CUF Torres Vedras Hospital CUF Trindade Hospital CUF Viseu Hospital CUF Açores</p>
<p>GRUPO HPA SAÚDE</p>	<p>Hospital Particular do Algarve - Alvor Hospital Particular do Algarve - Gambelas - Faro Hospital São Camilo - Portimão Hospital Particular do Alentejo - Sines Hospital Particular da Madeira - Funchal Centro Médico Internacional - VRSA Centro de Ortopedia e Reabilitação - Faro Clínica Particular do Algarve - Guia Clínica Particular do Algarve - Loulé Clínica Particular de Lagos Clínica Particular Medchique - Monchique Clínica Particular SIPEMOR - S. Brás Alportel Clínica Particular de Vilamoura Clínica São Gonçalo de Lagos International Health Centres – Albufeira Clínica Particular de Beja Clínica Particular de Odemira Clínica Particular de São Teotónio Clínica Particular de Vila Nova de Milfontes Madeira Medical Center</p>
<p>GRUPO TROFA SAÚDE</p>	<p>Trofa Saúde Alfena Trofa Saúde Amadora Trofa Saúde Barcelos Trofa Saúde Braga Centro Trofa Saúde Braga Norte Trofa Saúde Braga Sul Trofa Saúde Famalicão Trofa Saúde Gaia Trofa Saúde Guimarães</p>

	Trofa Saúde Hospital Central (Vila do Conde)
	Trofa Saúde Loures
	Trofa Saúde Maia
	Trofa Saúde Ovar
	Trofa Saúde S. João da Madeira
	Trofa Saúde Santa Maria Da Feira
	Trofa Saúde Trofa
	Trofa Saúde Valença
	Trofa Saúde Vila Real

Tabela A 1 Constituição dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz Saúde, Trofa Saúde, Lusíadas Saúde e HPA)

Apêndice II

DESEMPENHO ECONÓMICO

INDICADOR	Descrição
GRI 201- DESEMPENHO ECONÓMICO	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído
201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas
201-3	Obrigações do plano de benefícios e de pensão
201-4	Apoio financeiro recebido pelo governo
GRI 202 - PRESENÇA NO MERCADO	
202-1	Rácio salarial
202-2	Proporção de membros com cargos de direção contratados localmente
GRI 203 - IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS	
203-1	Investimentos em infraestruturas e apoio a serviços
203-2	Impactos económicos indiretos
GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRAS	
204-1	Gastos com fornecedores locais
GRI 205 - COMBATE À CORRUPÇÃO	
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos de corrupção
205-2	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção
205-3	Casos de corrupção e medidas tomadas
GRI 206 - CONCORRÊNCIA DESLEAL	
206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio
GRI 207 - IMPOSTOS	
207-1	Abordagem fiscal
207-2	Governança, controlo e gestão de risco fiscal
207-3	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> e a gestão das preocupações em relação aos impostos
207-4	Relato país-a-país

Tabela A 2 Indicadores GRI do desempenho económico

Apêndice III

DESEMPENHO AMBIENTAL

INDICADOR	Descrição
GRI 301 - MATERIAIS	
301-1	Materiais utilizados
301-2	Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados
301-3	Produtos e embalagens reaproveitadas
GRI 302 - ENERGIA	
302-1	Consumo de energia nas instalações da organização
302-2	Consumo de energia fora das instalações da organização
302-3	Intensidade energética
302-4	Redução do consumo de energia
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
GRI 303 - ÁGUA E EFLUENTES	
303-1	Interações com a água enquanto recurso partilhado
303-2	Gestão de impactos relacionados com o desperdício de água
303-3	Captação de água
303-4	Desperdício de água
303-5	Consumo de água
GRI 304 - BIODIVERSIDADE	
304-1	Zonas protegidas (Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas proximidades de áreas de proteção ambiental e zonas de elevado valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental)
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade
304-3	<i>Habitats</i> protegidos ou restaurados
304-4	Espécies em risco de extinção (Espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações da organização)
GRI 305 - EMISSÕES	
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE)
305-2	Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa
305-3	Outras emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa
305-4	Intensidade de emissões de Gases de Efeito de Estufa
305-5	Redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa
305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono
305-7	Emissões de NOX, SOX e outras emissões atmosféricas
GRI 306 - EFLUENTES E RESÍDUOS	
306-1	Desperdício de água por qualidade e destino
306-2	Resíduos por tipo e destino
306-3	Derrames
306-4	Transporte de resíduos perigosos
306-5	Descargas de água e drenagem
GRI 307 - CONFORMIDADE AMBIENTAL	
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais
GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES	
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

308-2

Impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas

Tabela A 3 Indicadores GRI do desempenho ambiental

Apêndice IV

DESEMPENHO SOCIAL

INDICADOR	Descrição
GRI 401 - EMPREGO	
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores
401-2	Benefícios oferecidos a colabores a tempo inteiro (Benefícios oferecidos a colabores a tempo inteiro que não são oferecidos a colaboradores temporários ou de meio período)
401-3	Licença maternidade/paternidade
GRI 402 - RELAÇÕES DE TRABALHO	
402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais
GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes
403-3	Serviços de saúde do trabalho
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação com os trabalhadores em relação à saúde e segurança no trabalho
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança no trabalho diretamente relacionados às relações de negócios
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho
403-9	Acidentes de trabalho
403-10	Doenças profissionais
GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO	
404-1	Média de horas de formação por ano, por colaborador
404-2	Programas para o aperfeiçoamento das competências dos colaboradores e de assistência para transição de carreira
404-3	Avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira
GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	
405-1	Diversidade nos órgãos de governança e nos colaboradores
405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração das mulheres e dos homens
GRI 406 - NÃO DISCRIMINAÇÃO	
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas
GRI 407 - LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	
407-1	Operações e fornecedores nos quais o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408 - TRABALHO INFANTIL	
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil
GRI 409 - TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO	
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo
GRI 410 - PRÁTICAS DE SEGURANÇA	
410-1	Pessoal de segurança formado em políticas ou procedimentos de direitos humanos

GRI 411 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	
411-1	Casos de violação de direitos dos povos indígenas
GRI 412 - AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
412-1	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos
412-2	Formação sobre direitos humanos
412-3	Acordos e contratos de investimento
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS	
413-1	Operações com formações, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local
413-2	Operações com impactos negativos nas comunidades locais
GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES	
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais
414-2	Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas
GRI 415 - POLÍTICAS PÚBLICAS	
415-1	Contribuições políticas
GRI 416 - SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR	
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
416-2	Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM	
417-1	Informações e rotulagem de produtos e serviços
417-2	Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing
GRI 418 - PRIVACIDADE DO CLIENTE	
418-1	Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes
GRI 419- CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA	
419-1	Não conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica

Tabela A 4 Indicadores GRI do desempenho social

Apêndice V

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Desempenho Económico	0%	0%	0%	0%	0%	14%	17%	20%	22%	34%
Desempenho Ambiental	5%	5%	5%	13%	13%	16%	13%	22%	21%	43%
Desempenho Social	0%	0%	0%	2%	2%	14%	23%	20%	24%	51%

Tabela A 5 Evolução dos índices de divulgação dos desempenhos económico, social e ambiental dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz, Lusiadas, Trofa e HPA).

Apêndice VI

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CUF	10	10	9	15	16	38	40	44	57	77
Luz	6	11	13	16	22	24	28	30	1	127
Lusíadas	0	0	0	0	0	0	44	34	26	98

Tabela A 6 Evolução do número de páginas dedicadas à sustentabilidade nos relatórios dos principais grupos privados de saúde que operam em Portugal (CUF, Luz e Lusíadas).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, C. A., Alhamood, A. M., He, X., Tian, J., Wang, L., & Wang, Y. (2022). The development and implementation of GRI Standards: Practice and policy issues. Em *E. E. P. Ltd (Ed.), Handbook of Accounting and Sustainability* (pp. 26–43). <https://doi.org/10.4337/9781800373518.00009>.
- AHPH. (2024). *Hospitais Privados | Factos e números 2023. 2023–2025*. <http://aphp-pt.org/wp-content/uploads/2024/04/infografia2023.pdf>. Consultado em 4 de maio de 2024.
- APHP. (2023a). *Hospitais Privados | Factos e números 2022*. <http://aphp-pt.org/wp-content/uploads/2023/03/infografia2022.pdf> Consultado em 12 de abril de 2024
- APHP. (2023b). *Sobre a APHP*. <http://aphp-pt.org/>. Consultado em 12 de abril de 2024.
- Aras, G., & Crowther, D. (2009). Corporate sustainability reporting: A study in disingenuity? *Journal of Business Ethics*, 87 (SUPPL. 1), 279–288. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9806-0>.
- Assembleia da República Portuguesa. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Comissão Nacional de Eleições.
- Assembleia da República Portuguesa. (1990). Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto. https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1668N0001&nid=1668&tabela=lei_velhas&pagina=1&ficha=1&nversao=1.
- Associação Portuguesa De Medicina Geral e Familiar. (2022). *APMGF aprova estratégia para redução da pegada carbónica e contribui para fundar Conselho Português para a Saúde e Ambiente*. <https://apmgf.pt/2022/11/21/apmgf-aprova-estrategia-para-reducao-da-pegada-carbonica-e-contribui-para-fundar-conselho-portugues-para-a-saude-e-ambiente/>. Consultado em 10 de fevereiro de 2024.
- Bansal, P., & Song, H. C. (2017). Similar but not the same: Differentiating corporate sustainability from corporate responsibility. *Academy of Management Annals*, 11(1), 105–149. <https://doi.org/10.5465/annals.2015.0095>.
- Baumgartner, R. J. (2014). Managing corporate sustainability and CSR: A conceptual framework combining values, strategies and instruments contributing to sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(5), 258–271.

<https://doi.org/10.1002/csr.1336>.

Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(1), 2–24. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2017-2929>.

Burton, I. (1987). Report on reports: Our common future: The world commission on environment and development. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 29(5), 25-29. <https://doi.org/10.1080/07488008808408783>.

Burritt, R. L., & Schaltegger, S. (2010). Sustainability accounting and reporting: Fad or trend? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 23(7), 829–846. <https://doi.org/10.1108/09513571011080144>.

Carvalho, F., Santos, G., & Gonçalves, J. (2020). Critical analysis of information about integrated management systems and environmental policy on the Portuguese firms' website, towards sustainable development. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 1069–1088. <https://doi.org/10.1002/csr.1866>.

Center for Responsible Business and Leadership da Católica - Lisbon. (2022). *Relatório anual 2022 – Observatório dos ODS nas empresas portuguesas*. Em Católica-Lisbon. <https://www.observatorio-ods.com/relatorio2022>

Chen, S. H. (2016). The influencing factors of enterprise sustainable innovation: An empirical study. *Sustainability*, 8(5), 425. <https://doi.org/10.3390/su8050425>.

Comissão Europeia. (2014). *Disclosure of non-financial and diversity information by large companies and groups - Frequently asked questions*. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_14_301. Consultado em 2 de fevereiro de 2024.

Comissão Europeia. (2017). Communication from the commission – Guidelines on non-financial reporting (methodology for reporting non-financial information) C/2017/4234. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XC0705\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52017XC0705(01)). Consultado em 2 de fevereiro de 2024.

Comissão Europeia (2020). Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões. Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030. Trazer a natureza de volta às nossas vidas. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52020DC0380&from=FR>. Consultado em 2 de fevereiro de 2024.

Comissão Europeia. (2021). Relatório da comissão ao parlamento europeu, ao conselho e ao comité económico e social europeu sobre as cláusulas de reexame nas Diretivas 2013/34/UE, 2014/95/UE e 2013/50/UE. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021DC0199&from=et>. Consultado em 2 de fevereiro de 2024.

Conselho da União Europeia. (2022). Conselho dá luz verde final à Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas. <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/11/28/council-gives-final-green-light-to-corporate-sustainability-reporting-directive/>. Consultado em 2 de fevereiro de 2024.

CUF, G. (2022). *Informação de Sustentabilidade 2022*. <http://www.cuf.pt/>. Consultado em 2 de abril de 2024.

CUF. (n.d.). *Quem somos*. <https://www.cuf.pt/sobre-nos/quem-somos>. Consultado em 2 de abril de 2024.

Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), 75–85. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>.

De Souza Campos, L. M., Sehnem, S., De Alencar Souza Oliveira, M., Rossetto, A. M., De Araújo Lima Coelho, A. L., & Dalfovo, M. S. (2013). *Relatório de sustentabilidade: Perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative*. *Gestão e Produção*, 20(4), 913–926. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2013005000013>

de Villiers, C., & Dimes, R. (2023). Will the formation of the International Sustainability Standards Board result in the death of integrated reporting? *Journal of Accounting and Organizational Change*, 19(2), 279–295. <https://doi.org/10.1108/JAOC-05-2022-0084>.

de Villiers, C., La Torre, M., & Molinari, M. (2022). The Global Reporting Initiative's (GRI) past, present and future: critical reflections and a research agenda on sustainability reporting (standard-setting). *Pacific Accounting Review*, 34(5), 728–747. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2022-0034>.

Dissanayake, D., Tilt, C. A., & Qian, W. (2021). How do public companies respond to national challenges through sustainability reporting? – The case of Sri Lanka. *Qualitative Research in Accounting and Management*, 18(4–5), 455–483. <https://doi.org/10.1108/QRAM-06-2020-0088>.

Doni, F., Bianchi Martini, S., Corvino, A., & Mazzoni, M. (2020). Voluntary versus mandatory non-financial disclosure. EU Directive 95/2014 and sustainability reporting practices based on empirical evidence from Italy. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 781–802. <https://doi.org/10.1108/medar-12-2018-0423>

Dresner, S. (2004). *The Principles of sustainability* (Issue 1). Routledge

Dyllick, T., & Hockerts, K. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Business Strategy and the Environment*, 11(2), 130–141. <https://doi.org/10.1002/bse.323>

EFRAG. (2021). *Proposals for a relevant and dynamic EU Sustainability Reporting Standard-Setting. In European Financial Reporting Advisory Group (Issue February)*. https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/210308-report-efrag-sustainability-reporting-standard-setting_en.pdf.

Elalfy, A., Weber, O., & Geobey, S. (2021). The Sustainable Development Goals (SDGs): a rising tide lifts all boats? Global reporting implications in a post SDGs world. *Journal of Applied Accounting Research*, 22(3), 557–575. <https://doi.org/10.1108/JAAR-06-2020-0116>.

Espírito Santo Saúde. (2012). *Relatório e Contas 2012*. geral@essaude.pt Consultado em 2 de abril de 2024.

Fiandrino, S., Gromis di Trana, M., Tonelli, A., & Lucchese, A. (2022). The multi-faceted dimensions for the disclosure quality of non-financial information in revising directive 2014/95/EU. *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 274–300. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2021-0118>.

Filgueiras, I. F. L. V., & Melo, F. J. C. De. (2023). Sustainability 4.0 in services: a systematic review of the literature. Benchmarking: *An International Journal*. <https://doi.org/10.1108/BIJ-10-2022-0670>.

Fischer, M. (2015). Fit for the Future? A New Approach in the Debate about What Makes Healthcare Systems Really Sustainable. *Sustainability*, 7(1), 294–312. <https://doi.org/10.3390/su7010294>

Fitz-Oliveira, M., & Wasgen, A. M. (2023). Innovation capability and sustainability: a bibliometric analysis. *Technological Sustainability*, 2(2), 156–176. <https://doi.org/10.1108/techs-06-2022-0027>

Fonseca, L., & Carvalho, F. (2019). The reporting of SDGs by quality, environmental, and occupational health and safety-certified organizations. *Sustainability*, 11(20). <https://doi.org/10.3390/su11205797>

Garzoni, A., L'Abate, V., Raimo, N., & Vitolla, F. (2023). Exploring online sustainability disclosure in the healthcare industry: Evidence from best international hospitals. *Business Strategy and the Environment*, May, 1–14. <https://doi.org/10.1002/bse.3625>.

Gaspar, O. (2023). *Os portugueses contam com a atenção dos hospitais privados*. <http://aphp-pt.org/mensagem-do-presidente/>. Consultado em 20 de dezembro de 2023.

Giner, B., & Luque-Vilchez, M. (2022). A commentary on the “new” institutional actors in sustainability reporting standard-setting: a European perspective. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(6), 1284–1309. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-06-2021-0222>.

Gouveia, M. (2022). *Saúde e Hospitais Privados em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Grainger-Brown, J., & Malekpour, S. (2019). Implementing the sustainable development goals: A review of strategic tools and frameworks available to organisations. *Sustainability*, 11(5), 1381. <https://doi.org/10.3390/su11051381>

GRI. (2006). *Diretrizes para relatório de sustentabilidade*. Dados, 50. http://www.casoi.com.br/hjr/pdfs/gri_port.pdf

GRI. (2013a). G4 diretrizes para relato de sustentabilidade - Manual De Implementação. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 272.

GRI. (2013b). Princípios para relato e conteúdos padrão - Diretrizes para relato de sustentabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 7(14), 96.
<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/21945>

GRI. (2021). GRI 1: Fundamentos 2021. <https://www.globalreporting.org/>

GRI. (2022). Consolidated Set of the GRI Standards. <https://www.globalreporting.org/>

GRI. (2023a). Our mission and history. <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>

GRI. (2023b). The global standards for sustainability impacts. <https://www.globalreporting.org/standards/>

GRI, & Accounting for Sustainability. (2016). The value of extra-financial disclosure: What investors and analysts said. 1–60.

Grupo Fleury. (2023). *Relatório de Sustentabilidade 2022*. <http://www.fleury.com.br/ri>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo HPA Saúde. (n.d.). *Apresentação*. <https://www.grupohpa.com/pt/hpa-saude/apresentacao/>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo HPA Saúde. (n.d.). *Missão e Valores*. <https://www.grupohpa.com/pt/hpa-saude/apresentacao/missao-e-valores/>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo José de Mello Saúde. (2012). *Relatório e contas 2012*. <http://www.josedemello.saude.pt/>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo José de Mello Saúde. (2017). *Relatório Integrado 2017*. <http://www.josedemello.saude.pt/>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Lusíadas Saúde. (n.d.). *Grupo Lusíadas Saúde*. <https://www.lusíadas.pt/grupo-lusíadas-saude>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Lusíadas Saúde. (2019). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. <https://www.lusiadas.pt/>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Lusíadas Saúde. (2022). *Relatório de Sustentabilidade 2022*. https://pubhtml5.com/nzkb/zshm/#google_vignette. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Lusíadas Saúde. (n.d.). *Visão, Missão e Valores*. <https://www.lusiadas.pt/missao-valores>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Luz Saúde. (2017). *Relatório e Contas 2017*. <https://www.luzsaude.pt/pt>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Luz Saúde. (2022). *Relatório de Sustentabilidade 2022*. <https://www.luzsaude.pt/pt>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Luz Saúde. (n.d.). *Quem somos: visão, missão e valores*. <https://www.luzsaude.pt/pt/luzsaude/sobre/quem-somos-visao-missao-e-valores>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Grupo Trofa Saúde. (n.d.). *O grupo*. <https://www.trofasaude.pt/o-grupo/>. Consultado em 20 de abril de 2024.

Guerreiro, A. H. M. (2013). O relato de sustentabilidade, o técnico oficial de contas e a OTOC. *TOC*. 58–65.

Health Research & Educational Trust. (2014, May). *Environmental sustainability in hospitals: The value of efficiency*. Chicago, IL: Health Research & Educational Trust. www.hpoe.org. Consultado em 14 de fevereiro de 2024.

Herremans, I. M., Nazari, J. A., & Mahmoudian, F. (2016). Stakeholder Relationships, Engagement, and Sustainability Reporting. *Journal of Business Ethics*, 138(3), 417–435. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2634-0>

Hofmann, F. (2019). Circular business models: Business approach as driver or obstructer of sustainability transitions? *Journal of Cleaner Production*, 224, 361–374. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.115>

IFRS. (2022). *IFRS Foundation and GRI to align capital market and multi-stakeholder standards to*

create an interconnected approach for sustainability disclosures. <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/03/ifrs-foundation-signs-agreement-with-gri/>. Consultado em 14 de fevereiro de 2024.

INE. (2020). *Estatísticas da Saúde - 2020*. INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=436989156&PUBLICACOESmodo=2

INE. (2024). *Estatísticas da Saúde 2022*. INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=439489924&PUBLICACOESmodo=2

Jayashree, S., Reza, M. N. H., Malarvizhi, C. A. N., & Mohiuddin, M. (2021). Industry 4.0 implementation and Triple Bottom Line sustainability: An empirical study on small and medium manufacturing firms. *Heliyon*, 7(8). <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2021.e07753>.

José de Mello. (n.d.). *Estrutura e Perfil*. <https://www.josedemello.pt/estrutura-e-perfil/>. Consultado em 4 de maio de 2024.

Khan, H. Z., Bose, S., Mollik, A. T., & Harun, H. (2021). “Green washing” or “authentic effort”? An empirical investigation of the quality of sustainability reporting by banks. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(2), 338–369. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2018-3330>.

KPMG. (2020). *The time has come! The KPMG Survey of Sustainability Reporting 2020*. <https://doi.org/10.6004/jnccn.2019.0020>

KPMG, & UNEP. (2016). Carrots & Sticks. Global trends in sustainability reporting regulation and policy.

Laskar, N. (2018). Impact of corporate sustainability reporting on firm performance: an empirical examination in Asia. *Journal of Asia Business Studies*, 12(4), 571–593. <https://doi.org/10.1108/JABS-11-2016-0157>.

Lodhia, S., & Martin, N. (2014). Corporate Sustainability Indicators: An Australian Mining Case Study. *Journal of Cleaner Production*, 84(1), 107–115. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.05.050>.

Lombardi, R., Cosentino, A., Sura, A., & Galeotti, M. (2022). The impact of the EU Directive on non-financial information: Novel features of the Italian case. *Meditari Accountancy Research*, 30(6), 1419–1448. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2019-0507>.

Lombardi, R., Schimperna, F., Paoloni, P., & Galeotti, M. (2022). The climate-related information in the changing EU directive on non-financial reporting and disclosure: first evidence by Italian large companies. *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 250–273. <https://doi.org/10.1108/JAAR-04-2021-0117>.

Longoni, A., & Cagliano, R. (2018). Sustainable Innovativeness and the Triple Bottom Line: The Role of Organizational Time Perspective. *Journal of Business Ethics*, 151(4), 1097–1120. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3239-y>.

Machado, C., & Davim, J. P. (2019). *MBA para Gestores e Engenheiros*. (2ª edição). E. Silabo (ed.).

Mcgain, F., & Naylor, C. (2014). Environmental sustainability in hospitals – a systematic review and research agenda. *Journal of Health Services Research & Policy*, 19(4), 1–8. <https://doi.org/10.1177/1355819614534836>.

Mendes, A. M., & André, F. (2017). *O setor da saúde: organização, concorrência e regulação*. Caleidoscópio.

Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical Perspectives on Accounting*, 33, 59–78. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.10.003>.

Moneva, M., Archel, P., & Correa, C. (2006). GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. Em *Accounting forum* (Vol. 30, N°2, 121–137). <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2006.02.001>.

Monteiro, A. P., Pereira, C., & Barbosa, F. M. (2023). Environmental disclosure on mandatory and voluntary reporting of Portuguese listed firms: the role of environmental certification, lucratively and corporate governance. *Meditari Accountancy Research*, 31(3), 524–553. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-09-2020-1001>

Moreno, M. L. P., & Duarte-Atoche, T. (2019). Relationship between sustainable disclosure and performance-An extension of Ullmann's model. *Sustainability*, 11(16), 1–33. <https://doi.org/10.3390/su11164411>.

Nações Unidas. (2023a). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Consultado em 2 de dezembro de 2023.

Nações Unidas. (2023b). *The Paris Agreement Related news Related Documents Related links What is the Paris Agreement?* <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>. Consultado em 15 de dezembro de 2023.

OECD. (2008). *OECD Environmental Outlook to 2030*. <https://www.oecd.org/environment/indicators-modelling-outlooks/40200582.pdf>

Ottenstein, P., Erben, S., Jost, S., Weuster, C. W., & Zülch, H. (2022). From voluntarism to regulation: effects of Directive 2014/95/EU on sustainability reporting in the EU. *Journal of Applied Accounting Research*, 23(1), 55–98. <https://doi.org/10.1108/JAAR-03-2021-0075>.

Parlamento Europeu. (2023). *Pacto Ecológico: essencial para uma UE sustentável e climaticamente neutra*. [https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20200618STO81513/pacto-ecologico-essencial-para-a-sustentabilidade-na-ue?&at_campaign=20234-Green&at_medium=Google_Ads&at_platform=Search&at_creation=RSA&at_goal=TR_G&at_audience=pacto ecológico eur](https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20200618STO81513/pacto-ecologico-essencial-para-a-sustentabilidade-na-ue?&at_campaign=20234-Green&at_medium=Google_Ads&at_platform=Search&at_creation=RSA&at_goal=TR_G&at_audience=pacto%20ecol%C3%B3gico%20eur). Consultado em 2 de dezembro de 2023.

Parlamento Europeu & Conselho. (2014). DIRETIVA 2014/95/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 22 de outubro de 2014, Relato não financeiro, publicada em 15.11. 2014, L 330/9. *Jornal Oficial da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095>.

Parlamento Europeu & Conselho. (2022). DIRETIVA (UE) 2022/2464 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 14 de dezembro de 2022 que altera o Regulamento (UE) n.o 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade. *Jornal Oficial Da União Europeia*. <https://eur->

lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022L2464.

Paulo, A. (2010). SNS : Caracterização e Desafios. *GPEARI-MFAP, Setembro*, 1–16.

Peña, F. J. A., Jorge, M. L., Reyes, M. J. M. de los, & Cejas, M. Y. C. (2020). Influential Variables of Sustainability Disclosures by Spanish Public Hospitals. *Public Performance & Management Review*, 43(6), 1390–1412. <https://doi.org/10.1080/15309576.2020.1765816>

Pereira, N. S., Almeida, Á., Gomes, C., Alvim, J. L., Gonçalves, L., & Oliveira, S. (2013). *O Setor da Saúde: Da Racionalização à Excelência*. Porto Business School. <https://silو.tips/download/o-setor-da-saude-da-racionalizaa-a-excelencia-relatorio-de-sintese-estudo-reali>.

Pesci, C., Vola, P., & Gelmini, L. (2023). Flattening or addressing complexity? The future role of GRI in light of the sustainability accounting (r)evolution. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 14(4), 792–814. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2022-0287>

Porto Business School. (2021). *Estudo De Impacto Covid-19 Na Sustentabilidade*. In *Porto Business school*. https://www.pbs.up.pt/media/4442/estudo_impacto_pandemia.pdf. Consultado em 10 de dezembro de 2023.

PWC. (2023). *Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD)*. <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-diretiva-reporte.pdf>. Consultado em 2 de dezembro de 2023.

Quick, R., & Inwinkl, P. (2020). Assurance on CSR reports: impact on the credibility perceptions of non-financial information by bank directors. *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 833–862. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2019-0597>.

Riveiro, S. de T. (2023). La responsabilidad de dlas empresas en el respeto a los derechos humanos: primeros pasos en la construcción de una economía regional e internacional más sostenible. *Tax legal advisory review: La revista para el mundo económico-empresarial*, (5), 43-46.

Romão, A. L., Cabrita, I., Ferreira, A. P., & Castro, A. S. e. (2014). *A divulgação de informação não financeira nas empresas portuguesas* (pp. 1–26). <https://aeca.es/wp-content/uploads/2014/05/162h.pdf>. Consultado em 20 de dezembro de 2023.

Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research Methods for Business Students* (5th

ed.), Edinburgh: Pearson Education Limited. ISBN: 0273716867

SNS, & ACSS. (2023). *Parcerias Público-Privadas*. <https://www.acss.min-saude.pt/2016/10/12/parcerias-publico-privadas/>. Consultado em 21 de dezembro de 2023.

Takeda, M., Xie, J., Kurita, K., & Managi, S. (2024). *Advancing Hospital Sustainability: A Multidimensional Index Integrating ESG and Digital Transformation*. <https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=385026099094120018114089112091073068009004073092033010069028002010004006113056007016126053006062024030011029001068064117079092076004011077078086070119031076096097036109127069025007106078120023047055090049065028>. Consultado em 1 de maio de 2024.

Tettamanzi, P., Venturini, G., & Murgolo, M. (2022). Sustainability and Financial Accounting: a Critical Review on the ESG Dynamics. *Environmental Science and Pollution Research*, 29(11), 16758–16761. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-18596-2>.

Thorne, L., Mahoney, L. S., & Manetti, G. (2014). Motivations for issuing standalone CSR reports: A survey of Canadian firms. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(4), 686–714. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-07-2013-1393>.

Turner, G., Vourvachis, P., & Woodward, T. (2006). Heading towards sustainability reporting: a pilot study into the progress of embracing the global reporting initiative in the United Kingdom. *The Journal of Applied Accounting Research*, 8(2), 1–23. <https://doi.org/10.1108/96754260680001049>

UN Compact Global. (2023). *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://globalcompact.pt/index.php/pt/agenda-2030>. Consultado em 20 de dezembro de 2023.

União Europeia. (2018). *Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho europeu, ao conselho, ao banco central europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões. Plano de ação: Financiar um crescimento sustentável*.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0097#footnote2>. Consultado em 21 de dezembro de 2023.

União Europeia. (2019). *Comunicação da Comissão — Orientações para a comunicação de*

informações não financeiras: documento complementar sobre a comunicação de informações relacionadas com o clima. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52019XC0620%2801%29>. Consultado em 15 de dezembro de 2023.

Waddock, S. (2004). Creating corporate accountability: Foundational principles to make corporate citizenship real. *Journal of Business Ethics*, 50(4), 313–327. <https://doi.org/10.1023/B:BUSI.0000025080.77652.a3>.